



Francisco Régis Lopes Ramos

O escorpião atrás do espelho

A tortura no regime de 1964
e o declínio da narrativa




Imprensa
Universitária
UFC


COLEÇÃO
DE ESTUDOS DA
PÓS-GRADUAÇÃO


EDIÇÕES
UFC

O escorpião atrás do espelho

a tortura no regime de 1964
e o declínio da narrativa

Presidente da República (interino)

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação

José Mendonça Bezerra Filho

Universidade Federal do Ceará - UFC

Reitor

Prof. Henry de Holanda Campos

Vice-Reitor

Prof. Custódio Luís Silva de Almeida

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Antônio Gomes de Souza Filho

Pró-Reitora de Administração

Prof^a. Denise Maria Moreira Chagas Correa

Imprensa Universitária

Diretor

Joaquim Melo de Albuquerque

Conselho Editorial

Presidente

Prof. Antonio Cláudio Lima Guimarães

Conselheiros

Prof^a. Angela Maria R. Mota Gutiérrez

Prof. Ítalo Gurgel

Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

Francisco Régis Lopes Ramos

O escorpião atrás do espelho

a tortura no regime de 1964
e o declínio da narrativa



Fortaleza
2016

O escorpião atrás do espelho: a tortura no regime de 1964 e o declínio da narrativa
Copyright © 2016 by Francisco Régis Lopes Ramos

Todos os direitos reservados

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC)
Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica – Fortaleza – Ceará

Coordenação editorial

Ivanaldo Maciel de Lima

Revisão de texto

Antídio Oliveira

Normalização bibliográfica

Luciane Silva das Selvas

Programação visual

Sandro Vasconcellos / Thiago Nogueira

Diagramação

Victor Alencar

Capa

Heron Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Bibliotecária Luciane Silva das Selvas CRB 3/1022

R175p

Ramos, Francisco Régis Lopes

O escorpião atrás do espelho: a tortura no regime de 1964 e o declínio da narrativa. - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016.

90 p. ; 21 cm. (Estudos da Pós-Graduação)

ISBN: 978-85-7485-253-9

1. Historiografia - Brasil. 2. Ditadura. 3. Tortura. I. Título.

CDD 981

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
SOBRE O INFERNO SE DEVE FALAR	12
EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA.....	18
ARMA E ARAPUCA.....	21
A VOZ ENTRECORTADA.....	24
A LUTA PELA MEMÓRIA	27
A NARRATIVA DO TRAUMA.....	31
COMO MILITAR.....	38
A PANE E O PÂNICO.....	41
O TRAUMA DA NARRATIVA.....	44
TRAIR FANTASMAS	48
O APELO DO PASSADO.....	50
TEOLOGIA MARGINAL	53
O TESTEMUNHO.....	55
AGORA, PARTINDO DO ZERO	60
LITERATURA E HISTÓRIA.....	64
FICÇÃO DE FATO	70
POSTERIDADE NO LIMBO	72
O TEMPO CONTADO	75
BIBLIOGRAFIA.....	82

INTRODUÇÃO

Abri a caixa de sabonete escondida sob o tufo de samambaia. O escorpião foi saindo penosamente de dentro. Deixei-o caminhar um bom pedaço e só quando ele atingiu o centro da varanda é que me decidi a despejar a gasolina. As chamas azuis subiram num círculo fechado. O escorpião rodou sobre si mesmo, erguendo-se nas patas traseiras, procurando uma saída. A cauda contraiu-se desesperadamente. Encolheu-se. Investiu e recuou em meio das chamas que se apertavam mais.

— Será que você não se envergonha de fazer uma maldade dessas?

Voltei-me. Marcelo cravou em mim o olhar feroz. Em seguida, avançando para o fogo, esmagou o escorpião no tacão da bota.

— Diz que ele se suicida, Marcelo...

— Era capaz mesmo quando descobrisse que o mundo está cheio de gente como você.

*Lygia Fagundes Telles*¹

O golpe de 1964, como se sabe, transforma a tortura em uma prática mais comum e até mais sistemática, como se fosse algo correto e necessário. Também como se sabe, as denúncias contra a ditadura foram barradas, mas algumas conseguiram circular em jornais, pan-

¹ TELLES, Lygia Fagundes. As cerejas. In: BOSI, Alfredo (Org.). *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1975. p. 146.

fletos e obras de ficção. Por exemplo: no romance *Incidente em Antares*, de 1971, Érico Veríssimo ergue uma cidade fictícia para analisar os problemas da “realidade brasileira”, e um dos problemas é exatamente o caso de um jovem torturado e morto pela polícia. *As meninas*, de Lígia Fagundes Telles, é outro romance que transitou sem ter o corte da censura. Trata-se da história de três moças que vivem em um pensionado. Uma delas se chama Lia. Dentro do quarto, numa conversa com Madre Alix, ela lê o trecho de uma folha datilografada, reproduzida e distribuída na clandestinidade:

Primeiro me perguntaram se eu pertencia a algum grupo político. Neguei. Enrolaram então alguns fios em redor dos meus dedos, iniciando-se a tortura elétrica: deram-me choques inicialmente fracos que foram se tornando cada vez mais fortes. Depois, obrigaram-me a tirar a roupa, fiquei nu e desprotegido. Primeiro me bateram com as mãos e em seguida com cassetetes, principalmente nas mãos. Molharam-me todo, para que os choques elétricos tivessem mais efeito. Pensei que fosse então morrer. Mas resistia e resisti também às surras que me abriram um talho fundo em meu cotovelo. Na ferida o sargento Simões e o cabo Passos enfiaram um fio. Obrigaram-me então a aplicar choques em mim mesmo e em meus amigos. Para que eu não gritasse enfiaram um sapato dentro da minha boca. Outras vezes, panos fétidos. Após algumas horas, a cerimônia atingiu seu ápice. Penduraram-me no pau-de-arara: amarraram minhas mãos diante dos joelhos, atrás dos quais enfiaram uma vara, cujas pontas eram colocadas em mesas. Fiquei pairando no ar. Enfiaram-me então um fio no reto e fixaram outros fios na boca, nas orelhas e mãos. Nos dias seguintes o processo se repetiu com maior duração e violência.²

“Conheço isso, filha”, observa Madre Alix, “esse moço chama-se Bernardo. Tenho estado muito com a mãe dele, fomos juntas falar com o Cardeal”.³ Já que a trama se passa em São Paulo, não é difícil identificar

² TELLES, Lygia Fagundes. *As meninas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1973. p. 135.

³ TELLES, Lygia Fagundes. *As meninas...*, p. 136.

que o Cardeal é Dom Paulo Arns. Na época, ele ajudava os parentes dos torturados e denunciava as torturas, assim como faziam outros bispos; não todos, mas certa parte deles. Quanto a Bernardo, não será exagero imaginar que a autora esteja se referindo à denúncia que frei Tito escreveu no início de 1970, e que circulou em folhas mimeografadas, sobretudo por intermédio de militantes da esquerda. Anos depois, Lígia Fagundes Telles revelaria: quando estava escrevendo, chegou às suas mãos o depoimento de um torturado. O relato era tão grave que ela o transfigurou na ficção.⁴

Não pretendo, obviamente, ficar esmiuçando a suposta realidade de romances como *Incidente em Antares* ou *As meninas*. Quero apenas ressaltar que autores como Érico Veríssimo e Lígia Fagundes Telles usam, cada um ao seu modo, um recurso que as outras denúncias também usaram: a narrativa. Era por meio da narrativa que o “efeito do real”⁵ se tornaria suficiente e, portanto, convincente.

Não bastava escrever sobre a violência abominável, era preciso descrevê-la. Narrada, a tortura deixa de ser técnica aplicável para se tornar aplicação da técnica. Assim, emerge a crueza carnal. Aos olhos do leitor, a dor ficaria mais visível.

Contar como a dor era feita, em uma sequência articulada de cenas – eis o recurso narrativo. Os detalhes davam a medida e a falta de medida. Os detalhes, nesse sentido, eram convocados tal como os romancistas engendraram recursos descritivos para conquistar o real e, assim, convencer o leitor sobre o caráter “realista” da escrita.

⁴ “Em entrevista para Maurício Stycer, publicada na revista *Carta Capital*, de 14 de maio de 2003, Lygia Fagundes Telles conta que estava escrevendo o romance quando caiu em suas mãos um texto descrevendo uma sessão de tortura, ocorrida nos porões do regime militar. Seu segundo marido, Paulo Emílio Salles Gomes, a incentivou a aproveitar o conteúdo do texto no seu livro, e ela o fez pela voz da personagem Lia. Segundo a autora, a censura aprovou o romance porque o censor achou o livro muito chato e não leu além da página 40, por isso não viu o trecho [o relato]”. GOMES, Alessandra Leila Borges; ALVES, Paula Rúbia Oliveira do Vale. As fronteiras entre história e literatura em *As meninas*. *Revista Interdisciplinar*, Itabaiana, v. 18, n. 8. Jan./jun. 2013. p. 279. (Edição Especial 90 anos de Lygia Fagundes Telles).

⁵ BARTHES, Roland. Da história ao real. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 163-200. Aqui, incorporo, também, um desdobramento crítico diante da ideia de “efeito do real”: RANCIÈRE, Jacques. O efeito da realidade e a política da ficção. *Revista Novos Estudos do CEBRAP*, n. 86, p. 75-90, 2010.

Aqui, o meu intuito é perceber como as descrições foram mobilizadas nas narrativas. Mais especificamente, procuro destacar como vão moldando-se os valores atribuídos aos presos que não resistiram ao extremo da dor e, de alguma forma, soltaram alguma informação.

O sofrimento da possibilidade de ter cedido ao torturador é o que estou chamando de escorpião atrás do espelho. Sofrimento fabricado na tortura e, o mais grave, prolongado até não se sabe onde e muito menos quando.

A dor de ter dito no interrogatório é um desassossego que se prolonga sorrateiro, como o medo de um animal escondido, em algum lugar da casa, inclusive atrás de um espelho. Pequeno, frágil e venenoso: eis o animal. Mas, enfim, um animal como outro qualquer, disposto para a vida e a morte, cuja ameaça varia, também, pelo temor que dele podemos ter.

Compreender a historicidade desse sofrimento é exatamente o meu intuito. Procuro perceber como interdições e constrangimentos marcam as denúncias contra o regime de 1964. Pergunto-me sobre a representação da tortura nos relatos. Especificamente, indago-me sobre a sequência de fatos que fazem a narrativa ter sentido. Mas não me atenho somente à ficção, porque a entendo como parte de outros relatos, orais ou escritos.⁶

Os textos escritos podem ser divididos em, pelos menos, três modalidades: testemunhais (quando o torturado relata em primeira pessoa),

⁶ Em várias abordagens, é comum tratar a ficção de forma mais ou menos isolada e não como parte de uma rede variada de relatos. Por exemplo: BASTOS, Alcméno. *A História foi assim: o romance político brasileiro nos anos 70/80*. Rio de Janeiro: Caetés, 2000; DALCASTAGNÊ, Regina. *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996; PELLEGRINI, Tânia. *Gavetas vazias: ficção e política nos anos 70*. São Carlos: Mercado das Letras; EdUFSCar, 1996; SILVERMAN, Malcolm. *Protesto e o novo romance brasileiro*. Porto Alegre/São Carlos: Editora da UFRGS; Ed. Universidade de São Carlos, 1995; GINZBURG, Jaime. A ditadura militar e a literatura brasileira: tragicidade, sinistro e impasse. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). *Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil* (v. 2). São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009. p. 557-568; GINZBURG, Jaime. Imagens da tortura: ficção e autoritarismo em Renato Tapajós. In: KEIL, Ivete; TIBURI, Marcia (Org.). *O corpo torturado*. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004. p. 141-160.

literários (quando o relato é de um personagem ou sobre um personagem de romances, novelas ou contos) ou jornalísticos (quando o relato aparece em forma de reportagem). A divisão, obviamente, pressupõe não apenas a existência de conexões e trocas entre as modalidades, mas também a deliberada disposição dos autores em borrar as fronteiras, gerando textos ambíguos, como é o caso de Érico Veríssimo, que faz da fantástica cidadela de Antares um microcosmo da realidade do Brasil.

Ao propor uma abordagem que, em princípio, não hierarquiza relações entre relato factual e relato fictício, estou trabalhando com a ideia de que há um “conteúdo na forma”.⁷ Entendo, porém, que não é suficiente apenas partir dessa constatação, porque a própria divisão entre o fato e a fábula é móvel – na medida em que são fabricadas legitimidades para o que é ciência e o seu “outro”. Como bem mostrou Michel de Certeau, não se trata simplesmente de reivindicar a necessidade que tem a história de ser literária ou a necessidade que tem a literatura de ser histórica – um jogo que, no final das contas, está na própria circunscrição do território da história científica a partir do século XVIII e no romance (não por acaso, também a partir do século XVIII). É preciso questionar os regimes de escrita em suas disponibilidades para fazer a experiência vivida ter certo sentido e não outro.⁸

Os relatos de tortura, tal como aqui serão tratados, fazem parte das memórias sobre a ditadura de 1964. São relatos que, portanto, interagem no caleidoscópio de reivindicações pelo direito de lembrar, com a criação de monumentos, manifestações artísticas e valorização dos “arquivos secretos”. alimentando debates sobre as (im)possibilidades de uma “história do tempo presente.” Aí se tem um significativo nicho de recordações, em acordos e conflitos com muitos outros agrupamentos que vêm tomando a memória como dever e procurando inseri-lo como compromisso da história. Daí, não se pode jamais imaginar uma homogeneidade nas memórias contra a ditadura, pois, além dos

⁷ WHITE, Hayden. *The content of the form: narrative discourse and historical representation*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1987.

⁸ DE CERTEAU, Michel. *Histoire et psychanalyse entre science et fiction*. Paris: Gallimard, 2002.

conflitos entre os modos de lembrar, a pesquisa histórica tem criado tensões significativas diante da suposta verdade que o testemunho seria capaz de fornecer.⁹

A questão, enfim, foi enfocar a dor de dizer, que acaba se tornando a dor de não poder dizer e mesmo de ter de calar – eis, em síntese, a proposta do livro. Livro que, obviamente, jamais gostaria de ter escrito. Mas, como mostra Arlete Farge, a história da dor pode servir ao enfrentamento político das dores atuais.¹⁰ Escrevi o que se segue pensando nisso, ou melhor, acreditando que é possível deixar o escorpião em paz, se não para sempre, pelo menos por enquanto.

⁹ Esse parágrafo inspirou-se no atual debate realizado pelos seguintes autores: KNAUSS, Paulo. Usos do passado e história do tempo presente: arquivos da repressão e conhecimento histórico. In: VARELLA, Flávia et al. (Org.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 143-156; FICO, Carlos. História que temos vivido. In: VARELLA, Flávia et al. (Org.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 67-100; PATTO, Rodrigo. Pesquisar experiências autoritário-repressivas recentes: dilemas e riscos. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 91-114; REIS, Daniel Aarão. O governo Lula e a construção da memória do regime civil-militar. In: PINTO, Antônio Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 215-233; MONTENEGRO, Antonio Torres. O golpe militar e civil de 1964: questões metodológicas sob a ótica dos paradoxos. In: NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos; SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo (Org.). *História e Historiografia: perspectivas e abordagens*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014. p. 151-162; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. *História Oral*, v. 16, n. 2, p. 129-148, jul./dez. 2013; ARAÚJO, Maria Paula. Memória, testemunho e superação: história oral da anistia no Brasil. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 11-31, jul./dez. 2012.

¹⁰ FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SOBRE O INFERNO SE DEVE FALAR

A partir do século XVII, [...] um novo imperativo se forma, o qual vai constituir o que se poderá chamar a ética imanente ao discurso literário do Ocidente: suas funções cerimoniais vão se apagar pouco a pouco; não terá mais como tarefa manifestar de modo sensível o clamor demasiado visível da força, da graça, do heroísmo, da potência; mas ir buscar o que é mais difícil de perceber, o mais escondido, o mais penoso de dizer e de mostrar, finalmente o mais proibido e o mais escandaloso.

Michel Foucault ¹¹

“N ão é pequena (e é certo que não será sem proveito) a ironia deste livro contra a ‘grandeza’ de inúmeros fatos e homens do Brasil”.¹² É assim que se inicia a apresentação do romance *Incidente em Antares*, publicado em 1971 por Érico Veríssimo. O tom de denúncia se liga a inúmeras razões, mas vou me deter em apenas uma: a tortura.

Em *Antares*, a greve é tão geral que até os coveiros participam. Eis, então, o incidente: insepultos, sete corpos voltam à vida e decidem acertar as contas. No coreto da praça, eles discursam e provocam. O passado escondido é revelado, e, entre os ouvintes, o assombro inicial cede espaço para o riso e o deboche, mas também para a vergonha, o medo e a revolta.

¹¹ FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 216. (Coleção Ditos & escritos; 4).

¹² VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares*. Porto Alegre: Globo, 1971. p. 1.

No início do capítulo LVII, o advogado Cícero Branco, “com ambas as mãos segurando a grade da balaustrada do coreto, dirige-se ao povo” e chama João Paz, “a testemunha mais importante”. João Paz se aproxima, fica à luz do sol, e o advogado continua a falar: “Me digam se alguém reconhece nesta face quase reduzida a um mingau de carne batida a fisionomia do nosso Joãozinho Paz!”.

“Dr. Falkenburg! Dr. Lázaro! Médicos de Antares! Será assim que ficam sempre os que morrem de embolia pulmonar?”. Pausa, silêncio, e o advogado conta o que aconteceu: “João Paz foi preso sob a falsa acusação de estar treinando secretamente na nossa cidade um bando de dez guerrilheiros esquerdistas do qual ele era supostamente o chefe”.

A seguir, o advogado dá os detalhes: “Inocência Pigarço [o delegado] fez perguntas ao prisioneiro, ordenou-lhe que dissesse o nome dos outros dez ‘membros do grupo’. Joãozinho negou-se a isso porque nada sabia”. O prefeito “dava carta branca” ao delegado, e o delegado, por sua vez, acionava o torturador: “Inocência Pigarço entregou o ‘subversivo’ aos cuidados de seu ‘especialista’ em interrogatórios, o famigerado Boquinha de Ouro... que deve estar em algum lugar desta praça”.¹³

“Joãozinho aguentou tudo firme e não pronunciou um nome sequer”, enfatiza o advogado. Como era de se esperar, o silêncio gerou mais violência: “Dois brutamontes puseram-se a bater em Joãozinho, aplicando-lhe socos e pontapés no rosto, na boca do estômago e nos testículos...”.¹⁴

Incidente em Antares pode ser comparado com outro romance: *Em câmara lenta*, publicado por Renato Tapajós. Em ambos os livros, há narrativas que mostram o destino de torturados que não deram a resposta que os torturadores exigiam:

Dois policiais pularam sobre ela, agarrando-lhe a blusa, mas ela se contorceu, escapando. Um deles acertou um soco em sua boca, os outros fecharam o círculo, batendo e rasgando-lhe a roupa. Ela tentava se defender, atingindo um ou outro agressor, mas eles a lançaram no chão, já nua e com o corpo coberto

¹³ VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares...*, p. 367.

¹⁴ VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares...*, p. 368.

de marcas e respingos de sangue. O canto de seus lábios estava rasgado e o ferimento ia até o queixo. Eles a seguravam no chão pelos braços e pernas, um deles pisava em seu estômago e outro em seu pescoço sufocando-a. O que a pisava no estômago perguntou-lhe novamente o nome. O outro retirou o pé do pescoço para que ela pudesse responder, mas nada falou. Nem gemeu. Apenas seus olhos brilharam de ódio e desafio. O policial apertou-lhe o estômago com o pé, enquanto outro chutou-lhe a cabeça, atingindo-a na têmpora. Sua cabeça balançou, mas quando ela voltou a olhar para cima, seu olhar não havia mudado. O policial enfurecido sacou o revólver e apontou para ela, ameaçando atirar se continuasse calada. Ela continuou e ele atirou em seu braço. Ela estremeceu quando a bala rompeu o osso pouco abaixo do cotovelo. Com um esforço, continuava calada. Eles puxaram-na pelo braço quebrado obrigando-a sentar-se. Amarraram-lhe os pulsos e os tornozelos, espancando-a e obrigando-a a encolher as pernas. Passaram a vara cilíndrica do pau-de-arara entre seus braços e a curva interna dos joelhos e a levantaram, para pendurá-la no cavalete.¹⁵

Ouve-se um grito que não parecia humano: “Quando a levantaram e o peso do corpo distendeu o braço quebrado, ela deu um grito de dor, um urro animal, prolongado, gutural, desmedidamente forte”. Na narrativa, o grito reforça a centralidade do silêncio que o torturado tenta preservar. “Foi o único som”, ressalta Tapajós, “que emitiu durante todo o tempo”.¹⁶ A força para nada falar tem aí o seu ápice: um grito, no lugar da fala.

E o tempo continuou, num massacre lento e gradual, articulado por uma escrita que pode ser considerada como uma das mais detalhadas a respeito dos sofrimentos ocorridos nos interrogatórios do regime de 1964: “Procurava contrair o braço sadio, para evitar que o peso repousasse sobre o outro, enquanto eles amarravam os terminais de vários magnetos em suas mãos, pés, seios, vagina, e no ferimento do braço”. A narrativa, que parece não ter fim, não economiza nas descrições: “Os

¹⁵ TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977. p. 169-172.

¹⁶ TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*. p. 172.

choques incessantes faziam seu corpo tremer e se contrair, atravessavam-na como milhares de punhais e a dor era tanta que ela só tinha uma consciência muito tênue do que acontecia”. Aí vem, mais uma vez, a referência a sua determinação para permanecer calada: “[...] e ela já não poderia responder nada mesmo que quisesse. E não queria: o último lampejo de vontade que ainda havia nela era a decisão de não falar”.

A fúria contra ela não diminuiu nem mesmo com o seu desmaio: “Os choques aumentaram de intensidade, a pele já se queimava onde os terminais estavam presos. Sua cabeça caiu para trás e ela perdeu a consciência. [...] Furiosos, os policiais tiraram-na do pau-de-arara, jogaram-na ao chão”. E o que parecia finalizado continua: “Um deles enfiou na cabeça dela a coroa-de-cristo: um anel de metal com parafusos que o faziam diminuir de diâmetro. Eles esperaram que ela voltasse a si e disseram-lhe que se não começasse a falar, iria morrer lentamente”. Mas, “ela nada disse”, ressalta o narrador, antes de encerrar a descrição:

O policial começou a apertar os parafusos e a dor a atravessou, uma dor que dominou tudo, apagou tudo, e latejou sozinha, em todo universo, como uma imensa bola de fogo. Ele continuou a apertar os parafusos e um dos olhos dela saltou para fora da órbita devido à pressão no crânio. Quando os ossos do crânio estalaram e afundaram, ela já havia perdido a consciência, deslizando para a morte com o cérebro esmagado lentamente.¹⁷

“A decisão de não falar” é essencial, tanto no testemunho da ficção quanto no testemunho do vivido, como se percebe, por exemplo, na denúncia que frei Tito de Alencar escreveu no início de 1970. O seu depoimento circulou no Brasil clandestinamente, por meio da reprodução em mimeógrafos, e depois como parte de livros para denunciar as atrocidades do golpe de 1964. O primeiro parágrafo assim se inicia: “Fui levado do Presídio Tiradentes para a Operação Bandeirantes [...]. O Capitão Maurício veio buscar-me em companhia de dois policiais e disse: *Você agora vai conhecer a sucursal do inferno*”. O interrogatório

¹⁷ TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*. p. 172.

prolongou-se por vários dias. As perguntas giravam em torno do congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) no final de 1968.

“Apesar de declarar nada saber”, escreve frei Tito, “insistiam para que eu confessasse”. O suplício aumenta: nu e dependurado no pau-de-arara, ele recebe “telefones” (tapas nos ouvidos) por cerca de uma hora. “Quanto mais eu negava”, continua frei Tito, “mais forte as pancadas”. E assim passa até à noite, quando foi conduzido a uma cela, onde tentou dormir, apesar dos hematomas, das dores e da fome. No dia seguinte, o interrogatório é retomado pelo capitão Homero. As mesmas perguntas e novas pancadas. O dia se passa nesse ritmo, e à noite “serviram a primeira refeição naquelas 48 horas: arroz, feijão e um pedaço de carne”. Um preso oferece-lhe água e cobertor. Ele tenta dormir sob a ameaça de novas torturas.

“Vai ter que falar senão só sai morto daqui”, gritou um capitão, iniciando mais um dia. E da ameaça, ele passou a mostrar que estava mesmo disposto a chegar às últimas consequências: “Sentaram-me na ‘cadeira do dragão’ (com chapas metálicas e fios), descarregam choques nas mãos, nos pés, nos ouvidos e na cabeça. A cada descarga, eu estremecia todo, como se meu organismo fosse se decompor”.

Da sessão de choques, passaram-me ao “pau-de-arara”. Mais choques, pauladas no peito e nas pernas e cada vez que elas se curvavam para aliviar a dor. Uma hora depois, com o corpo todo ferido e sangrando, desmaiei. Fui desamarrado e reanimado. Conduziram-me a outra sala dizendo que passariam a carga elétrica para 230 volts a fim de que eu falasse “antes de morrer”. Não chegaram a fazê-lo. Voltaram às perguntas, batiam em minhas mãos com palmatória. As mãos ficaram roxas e inchadas, a ponto de não ser possível fechá-las. Novas pauladas. Era impossível saber qual parte do corpo doía mais; tudo parecia massacrado. Mesmo que não quisesse, não poderia responder às perguntas: o raciocínio não se ordenava mais, restava apenas o desejo de perder novamente os sentidos. Isso durou até às dez horas, quando chegou o capitão Albernaz.

“Nosso assunto agora é especial”, disse o capitão Albernaz e ligou os fios em meus membros. “Quando venho para a OB – disse – deixo o coração em casa. Tenho verdadeiro pavor a padre

e para matar terrorista nada me impede... guerra é guerra, ou se mata ou se morre. Você deve conhecer fulano e sicrano (citou o nome de dois presos políticos que foram barbaramente torturados por ele), darei a você o mesmo tratamento que dei a eles: choques o dia todo. Todo ‘não’ que você disser, maior a descarga elétrica que vai receber”. Eram três militares na sala. Um deles gritou: “Quero nomes e aparelhos (endereços de pessoas)”. Quando respondi: “não sei”, recebi uma descarga elétrica tão forte, diretamente ligada à tomada, que houve um descontrole em minhas funções fisiológicas. [...]

Terrivelmente desiguais, as partes se enfrentam: o torturador tenta descobrir as informações, e o torturado procura escondê-las. No primeiro caso, Joãozinho nem sabia da existência de “subversivos em Antares”. Já no *Em câmara lenta* e no depoimento de frei Tito, a situação é outra: sabe-se de algo, pelo menos em parte, mas não se fala.

EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

Os famas, para conservar suas lembranças, tratam de embalsamá-las da seguinte forma: após fixada a lembrança com cabelos e sinais, embrulham-na da cabeça aos pés num lençol preto e a colocam contra a parede da sala, com um cartãozinho que diz: “Excursão a Quilmes”, ou “Frank Sinatra”.

Os cronópios, em compensação, esses seres desordenados e frouxos, deixam as lembranças soltas pela casa, entre gritos alegres, e andam no meio delas e quando passa alguma correndo, acariciam-na com suavidade e lhe dizem: “Não vá se machucar”, e também “Cuidado com os degraus”. É por isso que as casas dos famas são arrumadas e silenciosas, enquanto nas dos cronópios há uma grande agitação e portas que batem. Os vizinhos sempre se queixam dos cronópios, enquanto os famas mexem a cabeça compreensivamente e vão ver se os cartõezinhos estão todos no lugar.

*Julio Cortázar*¹⁸

“ — **T**ire a roupa — ordenou o delegado de São Paulo”. Assim se inicia a descrição da tortura que frei Fernando sofreu para revelar o paradeiro de Marighella. Depois de contar que frei Fernando foi levado para o “pau de arara” porque permaneceu calado, frei Betto mostra que o interrogatório produzia mais dor na medida em que as informações

¹⁸ Cortázar, Julio. *Histórias de cronópios e de famas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 102.

eram negadas: “Fios desencapados foram ligados em seu corpo e a corrente elétrica inoculada nos músculos”. Frei Fernando permaneceu calado. E o tormento foi aumentado.

As perguntas: sempre com o objetivo de saber sobre Marighella. As horas: cada vez piores com a repetição dos choques e pancadas. Fernando continua calado e é posto no pau-de-arara. Mais pancadas. O maxilar é deslocado, e os torturadores o colocam de volta com socos na cabeça e no queixo.

– Como Marighella entra em contato com vocês? – berrava Fleury, enquanto seus auxiliares introduziam, lentamente, o fio na uretra de Fernando. A corrente elétrica, ligada, explodiu em dor os limites de sua resistência macerada pelas longas e atrozesservícias daquele eterno domingo.

– Pelo telefone da livraria – respondeu o frade entre gritos que nada diziam à surdez diabólica dos torturadores.

Terceira lição: intensificar o “tratamento” quando o preso demonstra atingir o limite de suas forças.

A uretra parecia arder em chamas, as pancadas aturdiavam todas as partes do corpo. Enquanto o delegado insistia:

– Que livraria?

A indagação caiu no vazio. Fleury deu-lhe um chute:

– Que livraria, seu filho da puta?

– A Livraria Duas Cidades.

Fleury queria explicações de como ele entrava em contato com Marighella e o prisioneiro respondeu que jamais soubera onde residia o comandante da ALN ou se possuía um número de telefone que pudesse ser chamado. Despejaram água em seu corpo e apertaram ainda mais o fio na uretra. Em convulsões, o religioso disse que não tinha meios de chegar a Marighella ou de localizá-lo. Era o líder revolucionário que ligava para a livraria, onde Fernando trabalhava, marcando os contatos.

– Como ele se identifica no telefone?

– Não me lembro – disse o preso enroscado no pau-de-arara.

– Aumentem a descarga até ele se lembrar! – gritou o delegado para seus acólitos.

O corpo do prisioneiro tentava, em vão, erguer-se no ar, fugir dos choques, estrebuchando em contrações, crivado por infinitas agulhas elétricas.

– Como Marighella se identifica no telefone? – berrou o chefe do Esquadrão.

– Por uma senha.

– Que senha? Como é a senha?

Fernando buscava, ansioso, a inconsciência, o desmaio, a morte, enquanto o policial que segurava o fio em sua uretra apertava fortemente seus órgãos genitais. A frase emergiu:

– Diz que é “o Ernesto” e marca a hora em que devo encontrá-lo na *gráfica*.

– Onde fica a gráfica? – indagou Fleury.

– Na Alameda Casa Branca, altura do número 800.

– Vocês se encontraram há quinze dias, não foi?¹⁹

Aqui, narrativa é interrompida e aparece a explicação do autor: “Fernando pensou que Ivo, no limite de sua resistência, tivesse falado [...]”.²⁰ Ou seja: ele falou porque imaginava que estaria dando uma informação já conhecida. O torturador já teria posse dos dados, e, o mais importante, Marighella já deveria saber que os dominicanos foram presos e por isso estaria se protegendo – assim frei Fernando concluiu. Só depois, frei Fernando descobriria que frei Ivo tinha permanecido calado. Conclusão: Fleury já tinha as informações principais. Em outras partes do livro, frei Betto argumenta que, se Fleury já sabia de quase tudo, a tortura não era apenas para obter dados, mas também para destruir a imagem dos dominicanos apresentando-os como traidores.

¹⁹ BETTO, Frei. *Batismo de sangue...*, p. 145.

²⁰ BETTO, Frei. *Batismo de sangue...*, p. 145.

ARMA E ARAPUCA

O que fizeram de nós aqui sentados à espera nesta paisagem sem mar, [...] lutando contra um inimigo invisível, contra os dias que não sucedem e indefinidamente se alongam, contra a saudade, a indignação e o remorso, contra a espessura das trevas opacas tal um véu de luto, e que puxo para cima da cabeça a fim de dormir, como na infância utilizava a batinha do lençol para me defender das pupilas de fósforo azul dos meus fantasmas. Diga-me lá: como é que você dorme?

*Lobo Antunes*²¹

Em 1969, Fleury previa que não bastava prender Marighella, era preciso matá-lo. A polícia já não tinha tanta coisa para descobrir sobre a ALN e, assim, o mais importante era eliminar o líder. Mas, além de matar o “inimigo nº 1”, Fleury queria mais. Com o volume de informações acumuladas, já estava na hora de jogar mais alto, fazer uma aposta mais decisiva. O corte de um líder poderia não ser tão decisivo, se fosse apenas um corte.

Não bastava tirar-lhe a vida. Era necessário afetar os que iriam sobreviver. Mas como? Prender e torturar? Sim, sem dúvida. Mas o combate poderia ser mais sofisticado – pensava Fleury. E a sofisticação foi surgindo com a experiência na sala de tortura. “Plantar a discórdia

²¹ ANTUNES, António Lobo. *Os cus de Judas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. p. 67.

no grupo” – eis a solução, uma estratégia há muito conhecida e praticada, mas que podia e devia ser refinada. Não seria exitoso o plantio de uma discórdia passível de ser amenizada com o tempo. Boa mesmo seria a colheita de uma mágoa profunda, um sentimento que, ao invés de diminuir, fosse aumentando.

O segredo, enfim, revelou-se numa palavra: a velha e odiosa traição. Era isso que destruíra um grupo, e, naquela circunstância de interrogatórios movidos a tortura, o traidor era uma figura ambígua: fácil e difícil de aflorar. Difícil porque os passíveis de tortura eram geralmente treinados para aguentar a dor sem revelar os nomes e os lugares. Fácil porque o torturador, sabendo disso, apostava em técnicas novas para produzir situações delirantes e, portanto, descontroladoras. Em outras palavras, Fleury descobriu o óbvio: os “delatores”, mesmo em situação de tortura, não eram facilmente perdoados nem costumavam se perdoar (o perdão era uma exceção que confirmava a regra?). E o efeito do “falar” era mais nefasto do que a tortura: desagregava o indivíduo e o grupo.

Conclusão: o fim de Marighella precisava de traidores. Só assim haveria uma morte consequente. A culpa seria atribuída aos padres dominicanos que apoiavam a ALN. Deu certo, toda a imprensa noticiou a morte do “terrorista” relacionando-a com as informações que os frades passaram para a polícia no decorrer de um “interrogatório”.

Para melhor se fundamentar, a revista *Veja* articula uma sequência de fatos no intuito de comprovar que fazia todo sentido a implicação dos dominicanos no caso. Retroagindo de 1969 a 1966, o texto dá a impressão de uma coerência impecável: a hospedagem que o convento de Belo Horizonte deu aos estudantes no congresso clandestino de 1966 e a prisão de frei Chico em 1967 provavam que a subversão já vinha acontecendo. Na capa, a manchete é uma pergunta “O terrorismo morreu com Marighella?”, mas dentro o título da reportagem é “Estratégia para matar o terror”. Em um *box* que ocupa duas páginas o título é “O terror entrou no convento”. Interagindo com o que é dito, três fotografias. Uma delas tem uma legenda que questiona: “O convento das Perdizes: Cristo e Marx podem habitar a

mesma casa?”. O jornal *O Globo* foi ainda mais incisivo: exibiu, em primeira página, uma foto da fachada do convento indicando que ali era o esconderijo dos terroristas (6/11/1969).²²

Fleury falou publicamente sobre a participação dos dominicanos, dando corda para a imprensa falar ainda mais. E quem mais pegou corda foi Nelson Rodrigues. Como era de costume, ele foi mais oficial do que os oficiais, mais militar do que os militares, como se pode notar em um texto publicado pelo jornal *O Globo* no dia 17 de março de 1970.

“Esses dominicanos”, escreve Nelson Rodrigues, “são terroristas confessos. Não levaram um tapa, um cascudo, um empurrão e deram, como se diz, todo o serviço”. Segundo ele, não foram nem maltratados (e muito menos torturados), mas passaram tudo para a polícia. Mas até aí, ele ainda está no plano da versão oficial. A seguir, ele vai superando a versão do delegado Fleury, inventando que, ao dar a isca para pegar Marighella, numa conversa telefônica, frei Fernando foi um traidor tão frio que até espantou a “autoridade” presente, como se frei Fernando estivesse ali por vontade própria. Como se isso não bastasse, Nelson Rodrigues conclui que “Frei Fernando traiu Deus, traiu a Igreja, traiu a piedade, traiu sua condição humana e sacerdotal. E não satisfeito, traiu Marighella [...]. Portanto, a excomunhão assentava-lhe perfeitamente”.²³

²² Acervo do Instituto Frei Tito de Alencar.

²³ Acervo do Instituto Frei Tito de Alencar.

A VOZ ENTRECORTADA

Os fatos são sonoros mas entre os fatos há um sussurro. É o sussurro o que me impressiona.

*Clarice Lispector*²⁴

Para os dois frades, que agiram e reagiram no meio de torturas, Marighella já estava avisado sobre a prisão dos dominicanos, então ele não iria cair na cilada. Mas ele caiu, e até hoje não se sabe bem o “porquê”, apesar das muitas polêmicas que o fato gerou e continua gerando. O “porquê”, nesse caso, é a identificação de uma ou duas pessoas que, de fato, teriam sido responsáveis pela arapuca.

Nas entrevistas que realizei com frei Fernando e frei João Valença (que na época era frade, mas não é mais), entre os anos de 2002 e 2006, não explorei essa questão, porque meu intuito era diminuir, tanto quanto possível, a minha interferência. Na verdade, meu objetivo era saber sobre a vida de frei Tito (planejava escrever sobre ele). Mas a suposta traição dos dominicanos veio à tona.

Cada entrevista durou, mais ou menos, três horas. Quando mencionaram a morte de Marighella, frei Fernando e João Valença concordaram em vários pontos. Como participantes nos eventos narrados, e também como leitores mais ou menos assíduos de livros sobre a ditadura de 1964, eles compreendem, hoje, que jamais uma operação desse porte

²⁴ LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 24.

depende somente de uma ou duas pessoas que falam alguma coisa na tortura. Tratava-se, como eles ressaltaram, de uma rede de informações. Nesse caso, a rede já vinha sendo mapeada por Fleury. O desenho que ele montou, a partir dos elementos que ele conseguiu reunir, só a ele pertencia, e só foi revelada (em parte) na hora de pôr o plano em prática. Assim Fleury agia, assim agiam quase todos os comandantes das operações de caça aos “terroristas” (pondo em prática uma estratégia de guerra já há muito conhecida, inclusive por Marighella, que também centralizava pedaços de dados, avaliava-os e montava seu próprio trajeto). Na tortura, sabia-se de pouca coisa – nenhum estrategista desconhecia a precariedade das informações tomadas sob o impacto da dor. A rigor, a tortura tinha muito mais a função de intimidar e destruir pessoas e grupos, inclusive pela fabricação de boatos sobre quem falou ou não.

O peso que caiu sobre os frades não foi pequeno (daí, talvez, a minha opção por não explorar, nas minhas perguntas, as acusações de traição). Quanto a frei Tito, os registros não foram tão detalhados, se comparados com o que eu esperava na entrevista. Frei Tito havia escrito um relato da tortura que ele sofrera em 1970, mas nada havia sobre a tortura no final de 1969. Perguntei a frei Fernando sobre isso, e ele disse: “eu não sei bem, mas o João Valença estava lá, inclusive ele viu o que aconteceu”.

João Valença foi torturado pela equipe de Fleury no final de 1969, na operação para capturar Marighella. Perguntei-lhe, numa entrevista gravada em 2004, se ele poderia descrever o que acontecera com frei Tito. “Tudo bem”, ele respondeu, “mas jamais falarei disso novamente”.

“Você deve imaginar um quarto pequeno sujo de sangue. Mas também está cheio de urina, porque os choques desestabilizam o corpo. E, além dessa sujeira, restos de merda, porque o torturado não tem controle mesmo, o intestino fica descontrolado”. Pausa. Pergunto se ele quer passar para outro assunto. Ele respira e continua: “Quando eu cheguei, o Tito estava pendurado no pau de arara. Nu, completamente desfigurado. Lembro-me de um grito indescritível. Quase como um uivado, um som que nunca tinha escutado”.

Outra pausa, e digo que há outras perguntas que queria fazer. “Agora vou terminar”, ele diz olhando para o teto, “Chegou um rapaz,

viu o Tito quase desmaiado. Esse rapaz, ele baixou as calças e começou a se masturbar olhando para o Tito. O Tito estava com as mãos amarradas. Pois ele passou a se masturbar com as mãos do Tito”.

Perguntei se frei Tito havia soltado alguma informação comprometedoras. “Em um desses gritos, ele soltou o nome do Rabote. Eu também estava sendo torturado, tomado de dor, o que eu escutei foi uma voz esquisitíssima, embolada, rasgada”, respondeu João Valença, tentando explicar e sem conseguir (talvez eu tenha ido longe demais com as perguntas – pensei na ocasião).

A sua narração foi entrecortada, como se o que ele contasse não coubesse numa narrativa. Uma coisa, entretanto, ficou clara: era-lhe insuportável descrever alguém dizendo algo porque, na dor alucinante, não conseguiu se controlar e “soltou” informações. Em outros termos: João Valença estava narrando o que ele vivera, a partir de perguntas que eu ia fazendo, mas, quando perguntei sobre frei Tito, a narração foi menos descritiva e mais reflexiva.

Quando o tema foi a morte de Marighella, o frei Fernando narrador – que me falava sobre sua infância, sua vocação religiosa, sua fé no comprometimento social do cristão, sua militância contra a ditadura – cedeu espaço para o frei Fernando que explica...

A LUTA PELA MEMÓRIA

A memória nos tece e nos captura ao mesmo tempo segundo um esquema do qual não participamos lucidamente; não se deveria falar de *nossa memória*, porque se alguma coisa ela tem é que não é nossa; trabalha por conta própria, nos ajuda enganando-nos ou quem sabe nos engana para ajudar-nos.

*Julio Cortázar*²⁵

“**E**m que teu livro difere dos outros escritos sobre este período da história brasileira, de torturas, censuras, exílios e perseguições?” – indaga Ricardo Kotscho, numa entrevista com frei Betto, publicada na *Folha de São Paulo* do dia 26 de março de 1982. “O que nós temos”, responde frei Betto, “é uma certa literatura de cadeia que considero muito baluartista. É aquela história de que todo mundo errou, menos o autor do livro e seus companheiros”. Ao contrário dos outros, o seu livro não teria sido feito simplesmente para se vangloriar ou defender os dominicanos. A história contada no *Batismo de sangue*, ele garante, seria diferente: “[...] vai doer a muitas pessoas, como também dói a nós”.

A dor a que frei Betto se refere tem a ver, entre outras coisas, com aqueles que jogavam a culpa pela morte de Marighella na suposta

²⁵ CORTÁZAR, Julio. *A volta ao dia em 80 mundos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 98. Tomo I.

fraqueza dos dominicanos. Mas não havia ainda um livro sobre isso, talvez porque os que assim pensavam não viam necessidade de pôr o óbvio em uma publicação específica. Depois de frei Betto lançar o seu *Batismo de sangue* é que virá o livro antidominicano – que já andava de boca em boca, portanto sem a sistematização mais ordenada e prolongada da escrita. O livro pró-Marighella será *Combates nas trevas*, de Jacob Gorender, publicado em 1987.

Com ou sem as possíveis informações passadas pelos dominicanos enquanto eram torturados, Fleury já tinha seu plano montado e, independente dos dominicanos, ele conseguiria capturar Marighella – essa é a posição de frei Betto e será sobre essa posição que Gorender vai discordar: dirá que não foi bem assim, insinuando que os dominicanos poderiam ter evitado a tragédia. Depois de publicar *Combates nas trevas*, Gorender ainda voltaria ao assunto, em uma coletânea de depoimentos de presos políticos. Aí o conflito se acirra, e já se vê uma palavra que antes não tinha sido usada: “delação”.²⁶ Gorender é sistemático e conclusivo: há o delator e o fraco. Ao primeiro jamais se dá o perdão; ao segundo, dependendo do caso, pode ser dada a compaixão ou algo equivalente, argumentando-se que, nas mãos de um torturador, é humano ter fraquezas.

A disputa da memória sobre Marighella, entre várias outras, talvez seja a que mais incorporou a dialética do silêncio, produtora de perfis como o herói, o corajoso e o fiel, dependentes é claro de opostos: o anti-herói, o covarde e o infiel. Gorender, mesmo usando a palavra delação, reconhece que fazia parte do jogo da direita manipular a fabricação de “traidores” para dividir a esquerda. Mas nem por isso ele abandona o tom acusatório diante dos freis Ivo e Fernando: “a fraqueza dos dois frades foi semelhante à de outros presos”.²⁷

A questão é que, no seu entender, tratava-se de seguir ou não as orientações que estavam postas: “Vasta literatura em muitas línguas exalta os heróis vencedores da provação imposta pelo inimigo. Folhetos

²⁶ ALMADA, Izaías; FREIRE, Alípio; PONCE, J. A. de Granville (Org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*: memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997. p. 264.

²⁷ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6. ed. revista ampliada e atualizada. São Paulo: Ática, 1999. p. 197.

ensinam ao neófito o comportamento correto, quando chegar o seu dia”. Daí, ele conclui: “O militante comunista interioriza a norma moral que deve fortalecê-lo diante da situação de tortura”. Mais adiante, depois de dar mais detalhes sobre o inferno que ele viveu na sala de tortura, Gorender escreve que seu livro afasta, por completo, qualquer pretensão de apresentar o autor “como herói ou como exemplo”. Mas sua narrativa funciona no sentido de identificar exemplos de boa conduta e atos de heroísmo. O seu comentário sobre um colega militante não deixa dúvida sobre isso: “Quatro meses de DEOPS e perversidades de alto grau não vergaram o pequeno e bravo Genésio. [...] passou sem mácula pela prova da crueldade extrema”.²⁸

Percival de Souza, pouco tempo depois, apresentaria uma versão destoante: “Genésio falou e falou porque não suportou os choques, o pau-de-arara, as queimaduras, os socos e pontapés, as pauladas”.²⁹ Esse “falou e falou”, mesmo de forma circunstanciada na sala de tortura, pegou mal, e a reação veio por escrito. Um abaixo-assinado, em tom de protesto e em nome da verdade histórica (incluindo a assinatura de Gorender), veio à luz, garantindo que Genésio não falou nada. O documento com as assinaturas assim conclui: “Ao escrever que ‘falou e falou’, o autor configura-o como delator. Apreciação falsa, injusta, que resvala para o nível da calúnia. Sua refutação se faz necessária para que não venha a manchar a reputação de uma pessoa íntegra [...]”.³⁰

Genésio, por sua vez, garantia que frei Tito era quem havia falado. Sobre sua prisão, no dia 4 de novembro de 1969, ele registrou o seguinte: “Ao chegar fiquei surpreso quando vi sentado no banco traseiro também algemado o frei Tito, meu primo, e que logo ia me dizendo: ‘Genésio, você deve falar’. Não sei de nada, respondi”.³¹

²⁸ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas...*, p. 197.

²⁹ SOUZA, Percival de. *Autópsia do Medo*. Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000. p. 224.

³⁰ Em resposta, Percival de Souza alega que os autores da carta confundem o “delator” com a “vítima de torturas bárbaras, como se o ser humano não tivesse limites de resistência. Pensar assim é enaltecer a tortura. Fonte: OBSERVATÓRIO da Imprensa. [2001?]. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/al210320013.htm>. Acesso em: 23 mar. 2013.

³¹ LIMA, Edileusa Pimenta de. “Trabalhador: arme-se e liberte-se”: a Ação Libertadora

Forma-se, nas memórias dos militantes, um labirinto sem saída: uma prisão foi gerada por outro preso, esse *outro preso* já foi consequência de uma prisão anterior, essa *prisão anterior* teve, por sua vez, um preso antecedente que a gerou... Supõe-se uma linha de causa e consequência. Para frei Betto, por exemplo, é preciso considerar que, antes da queda dos dominicanos e do próprio Marighela, houve a prisão de Paulo de Tarso Venceslau e, assim, a “DEOPS descobriu, na caderneta de endereços dele, os telefones de Fernando, Ivo e do convento”.³²

Se, para a repressão, trata-se de ir investigando e vez por outra acertando, para a memória dos presos, a situação alimenta uma rede complexa e sensível de ressentimentos e acusações por um lado, e, por outro, de compreensões e defesas. Àquele que passa para o outro lado se dá, em geral, um tratamento: o desprezo e a denúncia. Mas o que fazer com aqueles que não abandonaram a causa, mas soltaram alguma coisa na tortura?

A quem disse sob a pressão da tortura, resta explicar-se, lamentar, duvidar sobre a importância da informação dada, pensar sobre os momentos chamados de “inconscientes”. Resta, também, concluir que a dor é tão grande que não se sabe mais o que está acontecendo e, portanto, não se sabe se algo foi dito mesmo ou se foi uma alucinação. Resta, ainda, sentir vergonha do corpo que, com a sua dor, rompeu a determinação que o espírito havia assumido: a certeza de jamais falar.

Em pauta, portanto, algo que era sagrado, não só porque poderia influir no tempo de vida de uma pessoa ou de um grupo inteiro, mas também porque poderia fazer e desfazer a retidão de uma militância ou, dependendo do caso, o heroísmo ou o exemplo de um militante. Questão sensível. Aliás, demasiadamente sensível. Tão sensível que pode ser o maior de todos os crimes ou o pecado que mais carece de perdão.

Nacional (ALN) e a resistência operária pela luta guerrilheira. 2007. Monografia (Graduação em História) - UNIRIO, Rio de Janeiro, 2007.

³² BETTO, Frei. *Batismo de sangue*.

A NARRATIVA DO TRAUMA

“Como fazer no bicho-homem uma memória? Como gravar algo indelével nessa inteligência voltada para o instante, meio obtusa, meio leviana, nessa encarnação do esquecimento?”... Esse antiquíssimo problema, pode-se imaginar, não foi resolvido exatamente com meios e respostas suaves; talvez nada exista de mais terrível e inquietante na pré-história do homem do que a sua mnemotécnica. “Grava-se algo a fogo, para que fique na memória: apenas o que não cessa de *causar dor* fica na memória” – eis um axioma da mais antiga (e infelizmente mais duradoura) psicologia da terra. Pode-se mesmo dizer que em toda parte onde, na vida de um homem e de um povo, existem ainda solenidade, gravidade, segredo, cores sombrias, *persiste* algo do terror com que outrora se prometia, se empenhava a palavra, se jurava: é o passado, o mais distante, duro, profundo passado, que nos alcança e que reflui dentro de nós, quando nos tornamos “sérios”. Jamais deixou de haver sangue, martírio e sacrifício, quando o homem sentiu a necessidade de criar em si uma memória; os mais horrendos sacrifícios e penhores (entre eles o sacrifício dos primogênitos), as mais repugnantes mutilações (as castrações, por exemplo), os mais cruéis rituais de todos os cultos religiosos (todas as religiões são, no seu nível mais profundo, sistemas de crueldades) – tudo isso tem origem naquele instinto que divisou na dor o mais poderoso auxiliar da mnemônica.

Nietzsche³³

³³ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 50-51.

Os depoimentos de frei Fernando e João Valença, como foi dito, não foram gravados com o intuito de examinar o que aqui é enfocado. Não me movia o intuito de estudar a narrativa da tortura. Pelo contrário: afastei-me, ao máximo, de perguntas sobre isso. Queria saber sobre a vida de frei Tito. E, do ponto de vista metodológico e ético, segui a orientação de Alessandro Portelli, a respeito das relações de igualdade e diferença necessárias que devem nortear uma entrevista: “Somente a igualdade nos prepara para aceitar a diferença em outros termos que hierarquia e subordinação; de outro lado, sem diferença não há igualdade – apenas semelhança, que é um ideal muito menos proveitoso”. A conclusão é simples e complexa, ao mesmo tempo: “Somente a igualdade faz a entrevista aceitável, mas somente a diferença a faz relevante”.³⁴

Penso que foi esse parâmetro que fez a entrevista conduzir-se para atalhos que não estavam previstos por mim. Mas foi com o passar do tempo que tive condições de perceber que esses atalhos foram trilhados. Primeiro, porque escutar uma gravação que nós mesmos realizamos sempre traz alguma surpresa. Segundo, porque fui gravando outros depoimentos, ao mesmo tempo em que os relacionava com outros registros.

Como ressalta Portelli: “As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem”.³⁵ As representações sobre a “delação” não estavam além nem aquém da fala. Também não estariam nas entrelinhas nem por trás do texto que transcrevi a partir das fitas (que na época ainda existiam como suporte comum). As representações, enfim, estavam no que diziam para mim. Eram, antes de tudo, apresentações. Percebê-las demorou. Mas, enfim, fui percebendo os fatos narrados, mas também

³⁴ PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, n. 14. 1997, p. 23.

³⁵ PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 111.

uma representação que, entre outras, faziam certos fatos possuírem, entre outros, um determinado sentido: o sentido traumático e quase inenarrável da dor de “ter dito”, isto é, a dificuldade quase intransponível de pôr esse “ter dito” numa narrativa.

Além dos traumas narrados, havia um trauma da narrativa: a ocasião em que o torturado não sabia contar porque acreditava que (talvez ou certamente) havia “soltado” alguma informação relevante para o carrasco. Nos entraves para falar sobre o que um torturado pode (ou não) ter dito, a narrativa se desestrutura, se decompõe, transformando-se em explicação. Poder-se-ia, então, pensar em uma perda do “direito à narrativa”? Parece que sim.

Nas narrativas, a “traição” oscilou entre o intolerável e o intratável. Condena-se o “intolerável”, mas o “intratável” faz fronteira com aquilo que (ainda) não encontrou expressão narrativa. Refiro-me não apenas aos testemunhos como o de frei Tito ou aos contos e romances imbuídos da missão de testemunhar o horror dos interrogatórios, mas também me reporto ao caminho percorrido a seguir, ou seja, à própria maneira pela qual os que escaparam da tortura conseguiram (ou não) escapar da memória na vida que procuram ter depois das torturas.

Penso que estava em jogo algo que o psicólogo Alfredo Naffah Neto perscrutou em sua tese de doutorado, *Poder, vida e morte na situação de Tortura*, a partir de entrevistas e situações vividas em sessões de psicodrama. Cito esse “algo” por meio do caso de Joana, ou melhor, por meio de um aspecto do seu caso: a culpa, a autoacusação que gera auto-desprezo, como se ela fosse desprezível por ter feito algo errado diante do torturador. O erro teria sido “abrir”, teria sido um nome dito por ela. Indagada, pelo psicólogo, sobre o efeito dessa suposta “abertura”, ela não soube responder e passou a especular sobre o que “escapou” sem ela se dar conta. Dela, afinal, não vem nenhuma certeza sobre o que foi dito. O que a corrói é a dúvida. No decorrer de uma sessão de terapia, ao tentar explicar, ela diz “tem tanta gente que morreu...”, e volta a chorar.³⁶ A *Joana-no-passado-militante* diminui, e a *Joana-no-presente-culpável* aumenta, explica o psicólogo.³⁷

³⁶ NETO, Alfredo Naffah. *Poder, vida e morte na situação de tortura: esboço de uma fenomenologia do Terror*. São Paulo: Hucitec, 1985. p. 122.

³⁷ NETO, Alfredo Naffah. *Poder, vida e morte na situação de tortura...*, p. 249.

No relato pessoal ou no relato de ficção, não foram poucas as vítimas que se tornaram *culpáveis*, tal como ocorreu com Joana, tratada pelo psicólogo Naffah Neto. A dor de Joana, que se alimenta da *dúvida/certeza* sobre o que ela disse, parece ter sido um fenômeno semelhante aos fantasmas que assombraram frei Tito. Fantasmas que se prolongam pela negação oblíqua do direito de narrar, restando fraturas e necessidades ambíguas de explicar-se. Um dos principais pontos de dor passa a ser essa suposição de ter dito algo a mais. A *dúvida/certeza* de Joana, parece-me, é a dor de dizer: a dúvida insolúvel sobre o que ela pode ter dito (leia-se: a certeza de nunca saber, ao certo, se contribuiu com o carrasco).³⁸

Note-se: frei Tito não escreveu sobre a primeira tortura, sob o comando de Fleury, e sim sobre a segunda, sob as ordens dos capitães Maurício e Albernaz. Mas, nas alucinações que ele passou a ter no exílio, quem aparecia para atormentá-lo e lhe tirar o gosto pela vida era exatamente o delegado Fleury, como mostra o testemunho de frei Betto.³⁹ Quer dizer: o que o atormentava certamente tinha relação com o temor de ter dito algo de útil ao carrasco (de acordo com o depoimento de João Valença, há pouco citado, frei Tito parece ter dito o nome de Rabote).

Na ficção literária, o trauma que fazia Joana sofrer emerge na personagem central do conto *Não passarás o Jordão*, publicado por Luiz Fernando Emediato em um livro com mesmo título: “Resistir. Sim, resistir, resistir. Mas como? – Diga os nomes, apenas os nomes. Completos, está ouvindo? Onde vocês se reuniam? Na casa de Rafael? Na sua casa?”. A moça é esticada pelas cordas amarradas no seu corpo e começa a delirar: “Eu não sei da minha vida, eu não sei o que sei, o

³⁸ É claro que não é meu intuito enveredar pelas abordagens da psicologia, mas vale a pena citar as considerações do psiquiatra chileno Hector Faúndez. Ele destaca que um dos sofrimentos na vida dos torturados é achar que não vale mais nada. E um dos elementos dessa “autodesvalorização” é exatamente a ideia de ter feito (ou continuar a fazer) algo contra os seus princípios, como ter traído: “A pessoa tenta simultaneamente explicar (ou justificar) seu processo vital, seus medos atuais e eventualmente expiar as culpas de uma ‘quebra’ de sigilo na tortura”. FAÚNDEZ, Hector. A linguagem do medo: dinâmicas coletivas da comunicação sob o terror no Chile. In: RIMELME, Horácio (Org.). *Era de névoas: direitos humanos, terrorismo de estado e saúde psicossocial na América Latina*. São Paulo: EDUC, 1993. p. 89.

³⁹ BETTO, Frei. *Batismo de sangue*.

que não sei. Eu não sei da minha dor, da minha vida. Vale a pena, vale a pena sofrer, viver, morrer? Me dói a face esquerda e os dois seios. Minha perna dói, o ventre, a cabeça”.⁴⁰

Seguindo a proposta de alternar registros discursivos variados, o romance contém cartas, documentos secretos e notícias de jornal. Um desses documentos é classificado como *estritamente confidencial*: “Do relatório de Cláudia B., prisioneira política, ex-militante do Movimento Nacional de Libertação – MNL – e do Partido Comunista Brasileiro, encaminhado ao Conselho Nacional de Defesa dos Direitos Humanos”:

[...] meu aborto foi realizado pelo próprio médico, numa das últimas sessões de tortura na qual denunciei Rafael, que não conhecia, todos os membros do Partido que no momento se empenhavam em sua reorganização, todos aqueles que contribuíram com dinheiro ou mercadorias para sua manutenção e a manutenção de seus membros, todos aqueles que, de uma forma ou outra, tinham-se envolvido com a ALN, todos aqueles cujos nomes submeteram à minha apreciação e que, embora inocentes, eu devia denunciar, e ainda aqueles que eu sequer conhecia ou deles tinha alguma vez pelo menos ouvido falar, porque assim queriam que eu fizesse, porque assim me ordenaram e porque assim estava escrito nos papéis que me obrigaram a assinar.⁴¹

Tudo indica, então, que ela não deu informações novas, e sim a prova de sua “delação”. Não se trata, agora, de intervalo, mas de um “à parte”, constitutivo da estrutura do romance. A depoente deixa claro que jamais o que ela disse poderá ser divulgado, porque há, na sua denúncia, o envolvimento de “pessoas importantes”. E deixa mais claro, ainda, que a dor de dizer não é menor do que a dor de ter passado por torturas que, no final das contas, não podem ser postas em palavras.

Quando chega esse relato, o leitor já tinha passado a narrativa em que ela conta o que havia acontecido. O relato, que pela ficção, parece ter sido mesmo tirado de um arquivo sigiloso, repete o que já fora

⁴⁰ EMEDIATO, Luiz Fernando. Não passarás o Jordão. In: EMEDIATO, Luiz Fernando. *Não passarás o Jordão*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977. p. 85.

⁴¹ EMEDIATO, Luiz Fernando. *Não passarás o Jordão...*, p. 117.

descrito. Uma repetição que, obviamente, é verossímil pela capacidade que o autor tem para imitar os cacoetes de um relatório jurídico. É nesse registro que ela revela o que ela acha que aconteceu. O autor, na verdade posta pela tessitura da trama, nada garante sobre isso, já que a sua narrativa tem fim quando ela desmaia. O fato de ela “falar” vem de um documento assinado, no meio da citação de outros papéis igualmente oficiais e igualmente ironizados, por trazerem informações conflitantes com a realidade vivida.

“O senhor gostará disso, eu sei. Delatarei minha mãe, que já é morta, e informarei sobre o paradeiro de minha irmã” – assim fala um personagem em outro conto de Luiz Emediato, “Um estranho à porta”, que veio a público no livro *A rebelião dos mortos*, publicado pela Editora Codecri em 1978. Mais uma vez, a “traição” em pauta. Ou melhor, a suposta “traição”, já que o torturado não delata propriamente. O que ele faz é entrar em delírio, numa circunstância igualmente delirante.⁴²

Assim como frei Betto em *Batismo de sangue*, Luiz Fernando Emediato tenta pôr em cena aquele que falou sob o peso da tortura. Isso evidencia, por um lado, a ressonância da vontade de abordar a experiência vivida pelos presos. Por outro, pode indicar uma procura que se engancha em constrangimentos na própria maneira de narrar: a “traição”, além de ser uma ferida na realidade sobre a qual o relato quer ter domínio, também se faz traumática e intransitiva no relato sobre o qual a realidade aparece como apelo ao relator.

Se for inextricável a polaridade entre o fato e a ficção, na medida em que o fato em si seria incompreensível, assim como a ficção pura seria impossível, não parece inconsistente indagar sobre o modo pelo qual o tema da “traição” oscilou entre o intolerável e o intratável. Condena-se o “intolerável”, mas o “intratável” faz fronteira com aquilo que (ainda) não encontrou expressão narrativa. Refiro-me não apenas aos testemunhos como o de frei Tito ou aos contos e romances imbuídos da missão de testemunhar, mas também a um plano mais individual, ou seja, à própria maneira pela qual os que escaparam da

⁴² EMEDIATO, Luiz Fernando. Um estranho à porta. In: EMEDIATO, Luiz Fernando *A rebelião dos mortos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1978. p. 131.

tortura conseguiram (ou não) escapar da memória na vida que procuram ter depois das torturas.

É claro que o risco da fala sob tortura não é pequeno. Afinal, qualquer informação a mais pode levar outras pessoas ao mesmo sofrimento e até mesmo à morte. A responsabilidade é enorme. A questão é que a responsabilidade é tão grande que passa a ser manipulada pelos torturadores: ora solicitam colaboração, aliviando as dores, ora espalham a notícia de que fulano ou sicrano foi “fraco”. A engrenagem funciona: o sofrimento das feridas vai se misturando à dúvida sobre a utilidade do que foi dito ao investigador. O escorpião fica atrás do espelho, pronto para picar. Como se ele existisse de verdade. A suposição de que ele está lá, mesmo sem nunca ser visto, encarna na memória, ora deixando-a em silêncio, ora fazendo-a aparecer como narrativa mutilada ou explicada.

COMO MILITAR

“**C**omo agir? Que dizer? Nada falar, tal como o vietcongue, recusando qualquer espécie de colaboração?” – pergunta-se Luiz Salinas Fortes no seu livro/depoimento *Retrato calado*. Não falar poderia ser um risco maior, ele pondera: “Não estaria, assim arriscando provocar um endurecimento por parte deles que conduziria inevitavelmente a outras confissões mais comprometedoras [...]?” Como, então, localizar o limite entre colaborar pouco com o objetivo de não ter que colaborar muito? – fico a me perguntar, imaginando o esforço descomunal para a procura de saídas. Salinas Fortes responde: “A solução brota do desespero, talvez até a melhor”.

A estratégia encontrada não foi inédita, mas pareceu a melhor: falar sobre nomes e dados que a polícia certamente já conhecia. Também dar informações incompletas ou falsas. E, ainda, mencionar os nomes dos que “estão fora de perigo”.

“Durante minha fugaz vida militante fora editor, juntamente com outros dois jornalistas, do jornal ‘Política Operária’, mas naquela ‘belle époque’ da nossa infância política, os três nomes apareciam tranquilamente, com todas as letras, no expediente da publicação”. Falar sobre eles seria a saída: “Imagino que a relação de ambos fornecia uma sólida garantia de veracidade ao depoimento sem comprometer em demasia as pessoas, já que, além de muito distante no tempo, o fato mencionado não era dos mais graves”.

“Embora tal ‘colaboração’ me torture o espírito até hoje, não teve, na realidade, consequências mais dramáticas”.⁴³ Assim, a narração de Luiz Salinas envereda pela necessidade de explicar: não foi grande a importância da informação. Pode-se até concluir que há aí uma espécie de lugar comum: o sofrimento pela crença na culpa, atenuado pela crença na quase insignificância das informações passadas. A repetição da palavra “crença” não é à toa. Relaciona-se não com um sistema de valores, como normalmente se pensa, mas com a utilização de dispositivos de sentido, encadeados de maneiras mais ou menos programadas: a culpa é alimentada e aliviada pelo medo de ter traído.

Desse modo, o que Luiz Salinas escreve pode ser posto ao lado da escrita de Fernando Gabeira. Ambos se confessam perseguidos pelo mesmo fantasma da colaboração. Gabeira confessa que falou sobre uma lista de pessoas, escrita com sua letra, que a polícia havia encontrado na casa onde ele estava escondido. Ele ficou pensando que iriam rodar a gravação com a voz dele confirmando que a letra era sua mesmo. E o pior, ficou pensando que alguém poderia ser preso por causa disso: “Temia a execução das pessoas, pois não teria condições de defesa, no fundo da cela onde me encontrava. Ninguém quer ficar preso vários anos e além disso ser desprezado pelos seus contemporâneos”. Mas, apesar do pavor, ou talvez por causa do pavor, a sua narrativa explica: “Em termos objetivos não creio ter dado nenhuma informação nova, que fosse desconhecida da polícia”.⁴⁴

Em seu livro de memórias, o jornalista Emiliano José registra que, a certa altura, o torturador propôs: “Você nos dá um endereço, um só, e nós tiramos você do pau-de-arara, você bebe uma coca-cola...”. Emiliano lembra que tentava pôr em prática aquilo que se exigia de um militante: nada falar. A seguir, o texto migra da narração para a explicação.

“Hoje”, escreve Emiliano, “imagino que algumas organizações, a AP entre elas, cometeram um erro grave ao jogar a própria segurança quase que exclusivamente nas costas de cada militante”. Resultado: “ou

⁴³ FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Retrato calado*. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 20.

⁴⁴ GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*. 29. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 222.

o sujeito se transformava num quase herói, vivo ou morto, porque nada revelara, ou então falava e, quando falava, alguma coisa que fosse, em geral sofria uma condenação desproporcional”.⁴⁵

Salinas Fortes, Gabeira e Emiliano, militantes tão diferentes, tanto na militância quanto na forma de lembrá-la, trazem no texto as imagens do padrão que se esperava do revolucionário. Em cena, portanto, o tipo ideal de militante: decidido, forte e preparado.⁴⁶ Corajoso para enfrentar o inimigo e, antes de tudo, destemido para resistir se fosse preso. Também em cena o temor de não ter a força que um tipo ideal solicita. Em cena, ainda, a possibilidade da vergonha diante do grupo.

⁴⁵ JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: lembranças do mar cinzento*. São Paulo: Casa Amarela, 2000. p. 18.

⁴⁶ Sobre isso ver, por exemplo: VASCONCELOS, José Gerardo. *Memórias do Silêncio: militantes de esquerda no Brasil autoritário*. Fortaleza: Edições UFC, 1998. GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado: anistia e reparações de perseguidos políticos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

A PANE E O PÂNICO

O conto “Dodora”, de Bernardo Kucinski, faz um caminho que, em certo sentido, é inverso: transforma a explicação em narrativa, quer dizer, o problema da narrativa interdita passa a ser um problema narrado. O conto trata de amigos que se encontravam para relembrar os tempos da universidade e as “investidas contra a ditadura”: “Recordavam com nostalgia profunda cada nome, cada episódio daqueles tempos. As manias desse ou daquele, as batalhas ideológicas”. Mas havia um nome que se diferenciava: Dodora. Falava-se da convicção e da coragem que ela mostrava. Mas a conversa não ia adiante: “Percebi que, invariavelmente, após algumas reminiscências a conversa estancava. Logo se calavam, compungidos, como se súbito se lembrasse de algo inominável. Mudavam de assunto”.⁴⁷

O narrador fica curioso, vai atrás do motivo que estancava a memória e descobre que, um dia, Dodora entregou-se ao Dops alegando que era revolucionária e que tinha muita coisa para falar: “Lá descreveu calmamente todas as ações das quais participou e, o que é pior, entregou todos os nomes que conhecia, um por um, com endereços, telefones, pontos e outros detalhes que sabia”. A consequência foi o fim da organização: “Muitos caíram. Alguns foram mortos. Poucos escaparam”.

⁴⁷ KUCINSKI, Bernardo. *Você vai voltar para mim e outros contos*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 82.

O que, então, havia ocorrido com Dodora? Talvez os remédios que ela tomava. Talvez os remédios que, por um dia, ela se esqueceu de tomar. Talvez tenha ficado finalmente lúcida, ou enlouquecido de vez. Um dos personagens levanta, ainda, outra hipótese, “caso extremo de síndrome da tortura, comum na época”: de tanto ouvir relatos de tortura, ela “precisou se antecipar e entregar tudo voluntariamente, eliminando, com isso, a necessidade de ser torturada”.⁴⁸

A narrativa não conclui. O autor não explica o que ocorreu com Dodora. Ao leitor, são dadas hipóteses, e cabe a ele imaginar a versão mais adequada. Ao escritor interessa, antes de tudo, dar a ver um acontecimento: a memória. Ou melhor: a memória que esbarra no silêncio, talvez porque não seja verossímil, apesar de ser verdadeira.

A personagem Dodora pode ter sido retirada da personagem Solange, que aparece na biografia de Lamarca:

– Eu sou uma subversiva, eu sou uma subversiva.

Ela chegou assim na Delegacia de Jogos e Costumes, em Salvador, balbuciando coisas incompreensíveis; o delegado não conseguia entender nada. Vinha do Estádio da Fonte Nova, pomposamente reinaugurado naquele dia, 4 de março de 1971, com 80 mil pessoas aplaudindo de pé o presidente Médici. Antes de começar a partida, os boatos já haviam se espalhado pelas arquibancadas reconstruídas, instalando o temor. Resistiriam ao peso dos milhares de espectadores? Aos 21 minutos do segundo tempo um ruído qualquer estoura a boiada – e a Fonte Nova transforma-se num pesadelo: os torcedores atropelando-se, uma infernal correria. Dois mil feridos, dois mortos. Solange Lourenço Gomes, dirigente do MR-8, estava lá para encontrar-se com um militante. Atordoada por uma crise de esquizofrenia, escapa do turbilhão, inconsciente e, nas fronteiras da loucura, entrega-se à polícia.

– Eu sou uma subversiva – repetia Solange insistentemente.

O delegado, ainda vacilando, resolve enviá-la para a Polícia Federal. Era verdade. Sob o interrogatório do Coronel Luiz Arthur de Carvalho ela vai revelando os nomes dos militantes e simpatizantes do MR-8, aparelhos, pontos de encontro.⁴⁹

⁴⁸ KUCINSKI, Bernardo. *Você vai voltar para mim e outros contos...*, p. 84.

⁴⁹ JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. 4. ed. São Paulo:

Novamente, não se trata de especular o grau de veracidade ou verossimilhança entre a Dodora da ficção e a Solange da biografia. Quero apenas ressaltar que as personagens pertencem a demandas de memória em tempos diferentes. Solange foi enfocada em 1980, como personagem que simplesmente enlouqueceu, como se apenas a loucura tornasse possível o que ela fez. Dodora aparece em um conto mais de vinte anos depois, sem contorno definido e causadora de embarços no verbo lembrar. Mas ambas fazem parte da militância da memória, tanto a simplicidade de Solange em seus contornos explicados, quanto a indefinição narrativa de Dodora e de seu destino. Ambas foram capturadas pelo futuro que tentaria entender o passado, por meio de dívidas impagáveis, como pondera Paul Ricoeur:

Livre da imposição exterior da prova documentária, a ficção não está internamente amarrada pelas obrigações para com o quase passado, que é um outro nome da *imposição do verossímil*? Livre *de...*, o artista ainda tem de se tornar livre *para...* Se assim não fosse, como explicar as angústias e sofrimentos da criação artística? O quase passado da voz narrativa não exerce sobre a criação romanesca uma coerção interna tanto mais imperiosa quanto menos se confunde com a coerção externa do fato documentário? E a dura lei da criação, que é a de “reproduzir” da forma mais perfeita possível a visão de mundo que anima a voz narrativa, não simula, até a indistinção, a *dívida* da história para com os homens de antigamente, para com os mortos? Dívida por dívida, qual, a do historiador ou a do romancista, é a mais impagável? ⁵⁰

Global Editora, 1980. p. 116.⁵⁰ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes. p. 327. v. 3.

O TRAUMA DA NARRATIVA

“**A**dor”, escreve Arlete Farge, “não é uma invariante”, porque se trata de algo que muda segundo as circunstâncias localizadas em tempos e espaços específicos. Certas situações políticas, por exemplo, podem constranger dor para que ela se prolongue: “as palavras de sofrimento, muitas vezes difícil de suportar, podem se tornar o lugar de interditos e tabus bastante firmes”.⁵¹ A certeza (ou a possibilidade) de ter dado alguma resposta útil ao torturador foi um sofrimento articulado nesse “lugar de interditos e tabus”. É esse lugar que venho destacando nas narrativas aqui citadas. Lugar testemunhal que passa a ser travado por tabus, travando a fluência da narrativa.

“O narrador”, constata Walter Benjamin, “não está absolutamente presente entre nós, em sua eficácia viva”. Quer dizer: “ele é para nós algo distante, e que se distancia cada vez mais”.⁵² E, para Benjamin, Nicolai Leskov é um caso raro de narrador que sobreviveu. Se for coerente realizar uma apropriação dos termos usados por Benjamin na sua apreciação sobre Leskov, pode-se dizer que, no âmbito da questão aqui proposta, a dor afasta-se da experiência vivida, deixando assim de ser constitutiva da

⁵¹ FARGE, Arlette. *Lugares para a História...*, p. 19.

⁵² BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (Obras escolhidas, v. 1). Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 213.

tradição geradora de narrativa. A dor se torna um sofrimento explicado, passa a ser espreitada pela indiferença ou mesmo pelo desprezo de comentários sobre a força que um preso deve ter. A narrativa cede lugar à autodefesa, que até pode ser reconhecida e legitimada, mas jamais terá a mesma compaixão convocada pelos que não falaram.

Se o torturado resistente pode aparecer por meio de fatos sequenciados, aquele que não resistiu carece de fatos explicados. O primeiro evoca a paixão, o segundo a compaixão. Entre um e outro, a dúvida sobre o grau da resistência, medido não pela quantidade de segredos revelados, mas pela qualidade da revelação (revelação boa é aquela que leva a outras prisões).

Declínio da narrativa, declínio do testemunho? Acredito que sim. E é isso que aqui venho tentando demonstrar, o crescente desaparecimento do narrador faz a potência do testemunho declinar, fazendo o ato de contar ceder terreno para a discussão (que, em vez de exigir a fluência dos “contadores de história” solicita explicação da história). Uso os termos “ato de contar” e “explicação” seguindo, mais ou menos, a orientação de Ariano Suassuna, que parece complementar e esclarecer o argumento de Walter Benjamin:

Estava uma vez fazendo uma conferência em Brasília para os estudantes e tinha um auditório do tamanho deste aqui, talvez maior. Comecei a falar e a contar estória e o povo começou a rir, eu fui me animando, daqui a pouco a verdade ficou aqui e eu já ia lá na frente! De repente, levantou-se um estudante de Ciências Sociais – um povo sério, danado – de óculos, e disse: “Professor, por favor, isso que o senhor está contando é verdade?”

Eu fiquei morto de vergonha, porque ele, estudante, estava preocupado com a verdade e eu mentindo! Então, falei:

– Olhe eu vou lhe responder com uma estória, porque eu sou um contador de estória, como vocês já viram, eu vou lhe responder com outra estória.

– Aí, contei a ele o seguinte: Lá no Nordeste, um amigo perguntou pra outro: “Quer ouvir uma estória boa?”, o amigo disse: “Quero”. Ele contou:

– Eu tomei um navio para ir para o Rio de Janeiro, quando foi na primeira noite, o navio já ia em alto mar. Eu estava deitado no camarote, acordei quando o navio bateu numa pedra. O navio começou a fazer água, começou a afundar. Então, meti os pés da cama, tentei abrir a porta pra subir pro convés e pular no mar, mas a porta tinha emperrado com a pancada e não abria. Abri aquela janelinha, a escotilha, mas quando eu tentei passar, não cabia direito. Felizmente era no tempo da brilhantina: eu ia com um bocado de brilhantina, tirei a roupa, peguei a brilhantina, esfreguei no corpo, aí escorreguei, e caí dentro d’água. Quando caí na água, um tubarão caiu em cima de mim. Também não me apertei, não: meti a mão no cinturão, arrastei a faca...

– Aí, o amigo disse: “E você não estava nu?”

– Ele disse: – Ah, meu amigo, você não quer ouvir estória não, você quer é discutir!⁵³

As catástrofes do século XX parecem ter transformado o testemunho narrador em testemunho explicador: o caráter narrativo do testemunho declina porque a própria narração parece não dar conta do ato de testemunhar.

Walter Benjamin, nesse sentido, notou que o desaparecimento dos narradores se relaciona com o trauma da “guerra mundial”: “[...] combatentes voltavam mudos do campo de batalha; não mais ricos, e sim mais pobres em experiência transmitida de boca em boca”. Para Benjamin, “não havia nada de anormal nisso”. Nada de anormal porque a experiência narrada dos combatentes declinou juntamente com o declínio de outras experiências: “[...] nunca houve experiências mais radicalmente desmentidas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela batalha material e a experiência moral pelos governantes”.⁵⁴

⁵³ SUASSUNA, Ariano. *Aula Magna*. João Pessoa: Editora da UFPB, 1994. p. 36.

⁵⁴ BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov..., p. 214.

Referindo-se à capacidade de comunicar a experiência no século XX, Roberto Vecchi avalia que “nenhum século como esse destruiu tanto e tão inexoravelmente”. Nunca o testemunho havia sido tão questionado. Foi no século XX que a possibilidade de testemunhar o passado se tornou um horizonte instável e nebuloso à experiência. Para mostrar indícios a respeito disso, Roberto Vecchi dá uma ênfase particular e incomum a dois romances: *A cidade e as serras*, de Eça de Queirós (póstumo, 1901) e *Dom Casmurro*, de Machado de Assis (1899). Enquanto o livro de Eça trata da “condição do narrador Zé Fernandes, que deve repetir de modo contrário à experiência de Jacinto para apreender o seu sentido e torná-lo comunicável, o livro de Machado aborda algo até mais perturbante do que a própria traição: o narrador/testemunha Bentinho é, também, a evidência da impossibilidade – e consequentemente de testemunhar – o passado”.⁵⁵

⁵⁵ VECCHI, Roberto. *Excepção atlântica: pensar a literatura da guerra colonial*. Porto: Edições Afrontamento, 2010. p. 90.

TRAIR FANTASMAS

Raras são as noites em que tenho coragem de ir até o fundo, até a décima segunda badalada, até a décima segunda batida, até a décima segunda lembrança... Volto então ao tempo plano; encadeio, torno a me encadear, volto para perto dos vivos, para a vida. Para viver, é preciso sempre trair os fantasmas...

*Gaston Bachelard*⁵⁶

Revejo *Carlos Marighella – retrato falado* (Sílvio Tendler, 2001). Em sequência mais ou menos cronológica, a vida dele é contada, por meio de depoimentos, fotografias, jornais e outras imagens de época. A viúva Clara Charf inicia o documentário e dá o tom: “poeta, estudioso, rebelde, brincalhão, duro, coerente...”.

Detenho-me nos últimos 20 minutos, no encadeamento de lembranças que tentam explicar o inexplicável: Marighella ter ido ao encontro com os dominicanos na Alameda Casa Branca, mesmo sabendo que (certamente) alguns frades já tinham caído.

Escuto frei Fernando: “Eu não fui um herói, um santo, eu não fui um mártir, eu falei, eu não aguentei na tortura”. A seguir, ele acrescenta: “Eu falei como a maioria das pessoas falou. Agora, o que para mim, pessoalmente, é convicção, é que não fui eu o primeiro a falar”. Entra em cena um argumento que frei Betto havia levantado no livro *Batismo*

⁵⁶ BACHELARD, Gaston. *A intuição do instante*. Campinas: Versus, 2007. p. 103.

de sangue: “eu acho que muita coisa já apareceu, de pessoas que fizeram esse elo de ligação, mas eu acho que ainda faltam elementos”.

Está aí outra narrativa que, pela falta de elementos, articula-se pela explicação. O passado teima. Permanece a falta de encaixe. A figura não se forma. Outros depoentes reconhecem que, no final das contas, os erros pequenos se juntaram e fizeram a vitória do delegado Fleury. As falas se sucedem, mas os elos não se juntam completamente.

Fico a imaginar que cada um compôs um passado com o qual fosse possível conviver. Um passado inaceitável, mas que se torna minimamente concebível, na medida em que se percebe que, apesar de tudo, ninguém é culpado, porque jamais se saberá qual teria sido o elemento decisivo – até porque decisiva foi a conjunção de fatores, ou seja, a trama, e não o fato isolado.

Tornar concebível um passado tão intratável não é fácil para ninguém. Não seria justo apontar quem ficou com o peso maior na memória, mas me arrisco a pensar que os freis Fernando e Ivo tiveram algo a mais no sofrimento pela morte do líder: eles foram usados no cenário da armadilha. Na armadilha montada por Fleury, eles estavam lá, atônitos e dilacerados pela tortura. Dentro de um Fusca, eles serviram de isca e quase foram mortos no tiroteio. Frei Ivo lembra com um ritmo entrecortado, quase sem acreditar na circunstância que o capturou:

Algo como um poço sem fundo! A minha sensação, falando assim emocionalmente, era: eles terem pego Marighella... Quando eu fui preso, eu pensava assim... É, passam mil coisas pela cabeça, mas passava pela cabeça assim: felizmente eles me prenderam, mas não vão chegar ao Marighella, porque nós, nós não sabemos nada. Bem, é, quando o encontro é marcado, quando a gente é levado para lá, já aí eu já estava tenso. Estava tenso por mil razões, mas tenso com a possibilidade dele vir mesmo. Então, quando acontece isso, foi assim um... um desastre!... Só, só vivendo o clima da época pra gente... é... A última coisa que poderia acontecer era atingir Marighella. E atingir através de nós...? A gente serviu de isca mesmo.

O APELO DO PASSADO

O que o amanhã não sabe,
o ontem não soube.
Nada que não seja o hoje
Jamais houve.

Paulo Leminski ⁵⁷

Considera-se que a primeira perseguição aos cristãos ocorreu no ano 64. No tempo em que Nero era imperador de Roma. E foi até 313, quando foi assinado o Edito de Milão. Aí está a chamada “Igreja Primitiva”, longe no tempo e no espaço. Uma distância que acabou transformando-se em proximidade, e, mais do que isso, numa intimidade. Não para todos os cristãos, mas sobretudo para aqueles que também se sentiram perseguidos. No Brasil, com a sequência de padres presos a partir de 1964, emergiu mais um capítulo na história da “Igreja das Prisões” na América Latina.

Foi na qualidade de criador e criatura dessa memória que, em 1975, o frei Ivo Lesbaupin publicou o livro *A bem-aventurança da perseguição: a vida dos cristãos no império romano*. Do outro lado da capa, numa propaganda da Editora Vozes, o leitor poderia perceber que o autor

⁵⁷ LEMINSKI, Paulo. *O ex-estranho*. São Paulo: Iluminuras, 1996. p. 80.

não estava só: “DAMESMA EDITORA: Cristo e a Contestação Política, O. L. Gonçalves; Jesus Cristo Libertador, L. Boff; Jesus Cristo e a Revolução Não-Violenta, A. Trocmé; Jesus Cristo e os Revolucionários de seu Tempo, O. Cullmann; Teologia da Libertação, G. Gutiérrez”.

“Preocupamo-nos”, escreveu frei Ivo, “com as causas das perseguições, a sua repercussão na vida da Igreja, a resistência dos cristãos e a teologia elaborada por eles para responder aos problemas concretos levantados pelos acontecimentos”.⁵⁸ Numa primeira leitura, certamente se conclui que a referência ao Império Romano é uma maneira de criticar e enfrentar a ditadura de 1964: coloca-se o passado para atingir o presente. Mas a escrita católica que frei Ivo incorpora não se resume ao procedimento de usar a memória para dar instrumentos de luta aos interesses da circunstância. Além da denúncia, ou subjacente a ela, há o anúncio. É por isso que frei Ivo adverte, logo na sua introdução: “o objetivo deste texto não é outro senão o de procurar penetrar o mistério deste pequenino grão de trigo do qual Jesus dissera que se não morresse não frutificaria”.⁵⁹ Na página antes do sumário, há um trecho do Apocalipse e a dedicatória: “À memória de nosso irmão frei Tito de Alencar Lima, mártir († 8 de agosto de 1974)”.

É nesse tempo da eternidade, velado e revelado na vida de cada dia, que se pode compreender a ambiguidade da morte (fim e início da vida) e também a ambiguidade da culpa de ter falado na tortura. Hábeis na palavra escrita e falada, os dominicanos presos, sobretudo Betto, Fernando e Ivo, vão articular sentidos em torno da “Igreja dos Cárceres”, que retorna aos primórdios do cristianismo perseguido, atualizando o passado distante na circunstância política da América Latina. Daí toda humilhação (inclusive a humilhação de serem confundidos com traidores) ganha sentido: trata-se não de um novo testemunho, mas da permanência do testemunho que se vai fazendo nas circunstâncias específicas de cada tempo histórico. Se cada tempo

⁵⁸ LESBAUPIN, frei Ivo. *A bem-aventurança da perseguição: a vida dos cristãos no império romano*. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 9.

⁵⁹ LESBAUPIN, frei Ivo. *A bem-aventurança da perseguição...*, p. 9.

histórico exige do cristão a vivência do amor de Cristo, que deu sua vida pela humanidade, será um sinal a onda de violência que se abateu sobre a Igreja na América Latina.

TEOLOGIA MARGINAL

Há limitações que advêm dos mortos. Há perspectivas que eles originam. As primeiras são aterrorizantes. Trouxeram todo o infortúnio. As segundas salvarão o mundo através da compaixão.

Elias Canetti ⁶⁰

No início do século XX, o teólogo Nils Runeberg escreveu que a delação de Judas relacionava-se com os desígnios da Providência. A traição ocorrera não por obra do acaso, e sim como um fato predeterminado por Deus: Judas estava destinado a “rebaixar-se a delator”. Causando polêmica e, antes de tudo, repúdio, Runeberg tentou explicar: “O Verbo, quando foi feito carne, passou da ubiquidade ao espaço, da eternidade à história, da felicidade sem limites à mutação e à morte”. Diante de tanto sacrifício, “era necessário que um homem em representação de todos os homens, fizesse um sacrifício condigno”. Assim, Judas meditou sobre qual seria a mais terrível das culpas: não seria o adultério, porque ainda poderia acontecer em meio à ternura e à abnegação, nem seria o homicídio, porque nele também haveria de algum modo a virtude da coragem.

Sem nenhuma virtude, havia apenas uma coisa: a traição. “O asceta, para a maior glória de Deus, envilece e mortifica a carne; Judas fez o

⁶⁰ CANETTI, Elias. *Sobre a morte*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p. 134.

mesmo com o espírito” – conclui Runeberg, personagem criado por Jorge Luis Borges, em um conto que assim se encerra: “Morreu da ruptura de um aneurisma, a primeiro de março de 1912. Os heresiólogos talvez haverão de lembrá-lo; acrescentou ao conceito do Filho, que parecia exaurido, as complexidades do mal e do infortúnio”.⁶¹

⁶¹ BORGES, Jorge Luis. Três versões de Judas. In: BORGES, Jorge Luis. *Obras completas de Jorge Luis Borges*. São Paulo: Globo, 1998. p. 573-580. v. 1.

O TESTEMUNHO

A primeira coisa que deves entender é que neste lugar não há martírios. [...] E, acima de tudo, não permitiremos que os mortos se levantem contra nós. Deves deixar de pensar que a posteridade te vindicará, Winston. A posteridade jamais ouvirá falar de ti. Serás totalmente eliminado da história.

*George Orwell*⁶²

Como é claro no início do Evangelho de Lucas, seu testemunho não é ocular, assim como o Evangelho de João havia sido. João viu, Lucas não viu. Seus testemunhos são por vias distintas; contudo, ambos possuem exatamente a mesma legitimidade testemunhal. Como bem analisou François Hartog, Lucas “não utiliza o grego ‘testemunhas’, mas a palavra com ressonâncias tucididianas *autoptai*”.⁶³

“Mas, ao termo *autoptai*, ele [Lucas] cola imediatamente a palavra *huperetai*, servidores, assim como a forma participial *genomenoi*: neste caso, convém traduzir, creio eu, por ‘aqueles que, desde o início, se tornaram *autoptai* e servidores’”.⁶⁴ Ver relaciona-se inextricavelmente com servir. Aquele que viu e não se tornou servidor não viu realmente.

⁶² ORWELL, George. 1984. São Paulo: Editora Nacional, 1991. p. 235-236.

⁶³ HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 219.

⁶⁴ HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem...*, p. 220.

Aquele que não viu, mas se torna servidor acaba vendo. O decisivo é servir. Servindo é que se vê. Gerações posteriores poderão testemunhar porque realizam uma “autópsia da fé”. Assim valorizada, a testemunha (*martus*) pode se transformar em mártir, “aquele que dá testemunho com seu sangue, não dele mesmo, mas do Cristo – e que se torna, por sua vez, um elo da cadeia das testemunhas”.⁶⁵

O depoimento de frei Tito, cujos primeiros parágrafos foram transcritos há pouco, é obviamente uma denúncia, mas também um anúncio. A historicidade da denúncia se dá numa dimensão que extrapola o tempo presente e, ao mesmo tempo, o faz ter um sentido mais profundo, na medida em que participa das tradições vinculadas ao testemunho por meio do martírio.

Depois de vários dias de tortura, depois de ouvir que seria “quebrado por dentro”, porque nada falava, frei Tito tenta o suicídio, não apenas para findar o seu tormento, mas também por outras razões:

Na cela eu não conseguia dormir. A dor crescia a cada momento. Sentia a cabeça dez vezes maior que o corpo. Angustiava-me a possibilidade de os outros padres sofrerem o mesmo. Era preciso pôr um fim àquilo. Sentia que não iria agüentar mais o sofrimento prolongado. Só havia uma solução: matar-me.

Na cela cheia de lixo, encontrei uma lata vazia. Comecei a amolar sua ponta no cimento. O preso ao lado pressentiu minha decisão e pediu pra que eu me acalmasse. Havia sofrido mais do que eu (teve os testículos esmagados) e não chegara ao desespero. Mas no meu caso, tratava-se de impedir que outros viessem a ser torturados e denunciar à opinião pública e à Igreja o que se passa nos cárceres brasileiros. Só com o sacrifício de minha vida isso seria possível, pensei. Como havia um Novo Testamento na cela, li a “Paixão segundo São Mateus”. O Pai havia exigido o sacrifício do Filho como prova de amor aos homens. Desmaiei envolto em dor e febre.

Na sexta-feira fui acordado por um policial. Havia ao meu lado um novo preso: um rapaz português que chorava pelas torturas sofridas durante a madrugada. O policial advertiu-me: “O senhor

⁶⁵ HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem...*, p. 220.

tem hoje e amanhã para decidir a falar. Se não, a turma da pesada repete o mesmo pau. Já perderam a paciência e estão dispostos a matá-lo aos pouquinhos”. Voltei aos meus pensamentos da noite anterior. Nos pulsos, eu havia marcado o lugar dos cortes. Continuei amolando a lata.

Ao meio-dia tiraram-me para fazer a barba. Disseram-me que eu iria para a penitenciária. Raspei mal a barba, voltei à cela. Passou um soldado. Pedi que me emprestasse a gilete. Enfie-a com força na dobra interna do cotovelo, no braço esquerdo. O corte fundo atingiu a artéria. O jato de sangue manchou o chão da cela. Aproximei-me da privada, apertei o braço para que o sangue jorrasse mais depressa. Mais tarde recobrei os sentidos em um leito do pronto socorro do Hospital das Clínicas. No mesmo dia transferiram-me para um leito do Hospital Militar. O Exército temia a repercussão, não avisaram a ninguém o que ocorrera comigo. No corredor do Hospital Militar, o capitão Maurício dizia desesperado aos médicos: “doutor, ele não pode morrer de jeito nenhum. Temos que fazer tudo, senão estamos perdidos”. No meu quarto, a OB deixou seis soldados de guarda. No sábado teve início a tortura psicológica. Diziam: “a situação agora vai piorar pra você, que é um padre suicida e terrorista. A Igreja vai expulsá-lo”. Não deixavam que eu repousasse. Falavam o tempo todo, jogavam, contavam-se estranhas histórias. Percebi logo que, a fim de fugirem a responsabilidade de meu ato e o justificarem, queriam que eu enlouquecesse.

Na segunda noite recebi a visita do juiz auditor acompanhado de um padre do convento e um bispo auxiliar de São Paulo. Haviam sido avisados pelos presos políticos do Presídio Tiradentes. Um médico do hospital examinou-me à frente deles mostrando os hematomas e as cicatrizes, os pontos recebidos no Hospital das Clínicas, as marcas de tortura. O juiz declarou que aquilo era “uma estupidez” e que iria apurar responsabilidades. Pedi a ele garantias de vida e que eu não voltaria à OB, o que prometeu fazer.

De fato, fui bem tratado pelos militares do Hospital Militar, exceto os da OB que montavam guarda em meu quarto. As irmãs vicentinas deram-me toda assistência necessária. Na sexta-feira, dia 27, fui levado de manhã para a OB. Fiquei numa cela até o fim da tarde, sem comer. Sentia-me tonto e fraco, pois havia perdido muito sangue e os ferimentos começavam a cicatrizar. À noite, entregaram-me de volta ao Presídio Tiradentes.

É preciso dizer que o que ocorreu comigo não é exceção, é regra. Raros os presos políticos brasileiros que não sofreram torturas. Muitos, como Schael Schneiber e Virgílio Gomes da Silva, morreram na sala de tortura. Outros ficaram surdos, estereis ou com outros defeitos físicos. A esperança desses presos coloca-se na Igreja, única instituição brasileira fora do controle estatal-militar. Sua missão é defender e promover a dignidade humana.

Onde houver um homem sofrendo, é o Mestre que sofre. É hora de nossos bispos dizerem um BASTA às torturas e injustiças promovidas pelo regime, antes que seja tarde.

A Igreja não pode omitir-se. As provas de tortura trazemos no corpo. Se a Igreja não se manifestar contra essa situação, quem o fará? Ou seria necessário que eu morresse para que alguma atitude fosse tomada?

Num momento como esse, silêncio é omissão. Se falar é risco, é muito mais um testemunho. A Igreja existe como sinal e sacramento de Deus no mundo.

Faço esta denúncia e este apelo a fim de que se evite amanhã a triste notícia de mais um morto pelas torturas.⁶⁶

No seu silêncio e na sua tentativa de transfigurar a própria morte em prova da tortura, frei Tito faz de si mesmo um testemunho da tradição cristã. Nessa segunda tortura, a sua vivência foi radical nesse sentido. Tão radical que deixou outro preso sem entender o motivo que o fazia tão inflexível em relação a certas estratégias de sobrevivência, que ele poderia ter colocado em prática e não colocou. O preso era Fernando Gabeira, que anos depois, no seu livro de memórias, mostraria a sua compaixão por frei Tito, mas também a distância que havia entre ambos, a diferença entre um e outro no modo de tentar sobreviver no inferno. Fernando Gabeira conta que frei Tito e um homem que teria alugado o sítio de Ibiúna para o congresso dos estudantes estavam sendo torturados por um motivo semelhante: coletar mais informações sobre a organização do evento.

Gabeira avalia que o homem de Ibiúna e frei Tito tinham que traçar um plano para evitar a continuidade da violência. “Estavam apanhando

⁶⁶ Original datilografado. Acervo do Instituto Frei Tito de Alencar.

muito para revelar detalhes que na realidade não eram importantes. Por exemplo: estavam sendo torturados para dizerem o nome de um motorista que os tinha conduzido ao sítio. Por que não inventar o nome?”. Poderiam usar o momento do jantar para a troca de detalhes sobre esse nome inventado. “Depois”, argumenta Gabeira, “era só subir para a tortura e fazer uma cena, fingir que estava desmoralizado e abrir”.

Era um recurso usado com certa frequência: dois interrogados contavam histórias falsas, porém semelhantes. Assim, os interrogadores cessavam ou diminuíam a tortura, pelo menos por certo tempo, como se tivessem conseguido uma delação ou algo semelhante. Gabeira lembra que a estratégia de sobrevivência era chamada entre os presos de “fechar uma história”.

Frei Tito, porém, nada combinou com Waldir, que também estava sendo interrogado sobre Ibiúna: “Por que, por exemplo, não inventarem que o motorista chamava-se Waldir, darem um retrato falado semelhante? A polícia ficaria com mais um Waldir para procurar e não tinha elementos, ali, para desmontar a combinação”.

Gabeira não entende a resistência ao seu plano e faz questão de deixar isso muito claro: “Tanto o velho como Frei Tito estavam irreduzíveis. Coubera a mim distribuir a comida naquela noite, e as articulações falharam completamente. [...] Voltei para a cela com uma sensação de fracasso”.⁶⁷

⁶⁷ GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* 29. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 214.

AGORA, PARTINDO DO ZERO

Em um trecho do romance *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, o mesmo imperativo da denúncia que se observa em obras como *Batismo de sangue* ou *Incidente em Antares*.

. Porra, meninão, até agora não apanhou. Daqui para a frente a coisa vai mudar.

. Não sei nada.

? Quem era teu chefe.

? Chefe, que chefe.

. Tinha um chefe que te dava ordens.

. Num sei, estou sempre com José.

? José.

Consultaram os cartazes.

? É este.

A foto, quase igual.

. É.

. Vai falando, vai.

? Falando o quê.

Ficaram uma hora porque Ternurinha era paciente. Daí vinha o apelido. Tratava bem quando interrogava, tentava fazer o preso entrar em contradição, falava bonito, fazia jogos de palavras. Ternurinha era intransigente numa coisa: dava prazo para que o detido começasse a falar. Dali pra frente, aplicava os Métodos. Átila nada disse. Não sabia nada, além de ter acompanhado

José nos assaltos. Tinha acompanhado, por acompanhar. Estava sem emprego, precisava viver. Ternurinha morria, de rir.⁶⁸

Se isso evidencia a ressonância da vontade de abordar a vivência dos presos, também pode indicar que a (suposta) traição é uma ferida na realidade narrada e, ao mesmo tempo, na narrativa da realidade. Mesmo com a busca de inovações na linguagem, Loyola Brandão não fica livre das digressões explicativas quando entra em cena a possibilidade de aparecimento do traidor. Quase irrecusável, a explicação aparece, mais ou menos camuflada na própria sequência dos fragmentos narrativos, com os quais o romance é cuidadosamente estruturado. Os sofrimentos de Átila desembocam, no final das contas, em ponderações sobre “quem não fala”.

“Diante de Ternurinha”, escreve Loyola Brandão, “Átila nu, de pé sobre duas latas de cera com os fundos para cima. Mandaram que ele abrisse os braços, colocaram um catálogo telefônico em cada mão”. Em ritmo fragmentado, a narrativa vai avolumando ainda mais a listagem de sofrimentos: “Oito minutos, Átila abaixou as mãos, os catálogos caíram. Então, Ternurinha ligou dois fios nos dedos dos pés / no dedo maior e no menor, para que a corrente não fosse ao coração [...]”.⁶⁹ E a tortura continua, até que Átila desmaia, é carregado para a cela, acorda e se desnorteia: limpa a privada, e toma a água suja “com feijão e pão trazido na lata de Toddy”.

Então, o escritor faz emergir um pensamento de Átila, posto num pequeno parágrafo entre parênteses: “(Por que não me matam de uma vez. Se eu soubesse o que querem, contava. Num tem quem num conte. Mas não sei de nada, só saía com o Zé, não tinha outro jeito de viver)”.⁷⁰ Entre parênteses vem, portanto, algo que é menos narrativo e mais explicativo, menos descritivo e mais reflexivo.

É claro que não é estranha à escrita literária a incorporação de modulações que usam textualidades da história ou da filosofia, da teologia ou da opinião mais pessoal, formando misturas mais ou menos

⁶⁸ BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Zero*. 13. ed. São Paulo: Global, 2010. p. 343.

⁶⁹ BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Zero...*, p. 344.

⁷⁰ BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Zero...*, p. 344.

desregradadas, a depender da “subjetividade” dos autores, já que a própria existência de um “eu” autoral tornou-se sintoma e condição de possibilidade da narrativa literária. A alternância entre explicação e narração, ao invés de problema, é solução. Desse ponto de vista, não é inadequado afirmar que faz parte da lógica híbrida do romance convocar explicações sobre a circunstância particular ou geral dos torturados. E foi esse também o destino dos acusados de “soltar”: seus testemunhos ficaram truncados pela necessidade de defesa, como mostra o caso dramático do livro “jornalístico” *Batismo de sangue*, escrito para provar que os dominicanos não foram traidores. Provar não apenas diante das forças repressivas, mas, também (e sobretudo), em face dos movimentos de esquerda. A crueldade do torturador se prolonga, então, por vias narrativas: em muitos casos, ele diminui a potência do testemunho narrativo. E, o mais grave, chega a fazer do torturado uma pessoa que se vê na obrigação de dar explicações.

Numa perspectiva de longa duração (séculos XIX e XX), pode-se dizer que a escrita do romance foi, em certo sentido e em certa medida, criadora e criatura das sensibilidades compatíveis com a defesa dos direitos humanos. “Acredito”, escreve Lynn Hunt, “que a experiência – e não apenas a ideia – da individualidade muda de forma decisiva para algumas pessoas no século XVIII”: “ler relatos de tortura ou romances epistolares” alimentam empatias pessoais, na medida em que geram condições de possibilidade para a crença em novos conceitos sociais e políticos. “Para que os direitos humanos se tornassem autoevidentes, as pessoas comuns precisaram ter novas compreensões que nasceram de novos tipos de sentimentos”.⁷¹

No Brasil, o romance que, de algum modo, denuncia a ditadura de 1964 interage com essa sensibilidade diante do “outro”, apontada por Lynn Hunt. Isso numa perspectiva ampla. Em um olhar mais focado, trata-se de uma ficção que se vê com a responsabilidade de testemunhar, ampliando e refazendo a própria noção de “testemunho”, pois, ao lado dos depoimentos, pretende também depor, usando recursos próprios

⁷¹ HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 32-33.

para ser ficção e fato ao mesmo tempo. Daí a ideia, não consensual, que identifica uma “literatura de testemunho” diante do Holocausto, dos regimes ditatoriais da América Latina na segunda metade do século XX e de outros episódios de violação dos direitos humanos.⁷² A testemunha passa a ser palavra-chave na literatura e também nas artes e nos investimentos de valorização de museus e outros espaços de recordação, chegando a afetar certas premissas do trabalho do historiador, como bem sintetizou François Hartog.⁷³

Daí o meu intuito de tratar a narrativa sobre a dor pensando o modo pelo qual a experiência vivida ganha sentido ao ser contada na oralidade ou na escrita. Afinal, a experiência do registro por meio da narrativa deixa pistas não só sobre as torturas, mas sobre os modos de fazê-las materiais de recordação, dando-lhes existências mais ou menos enquadradas por valores sobre o que pode ou não compor um texto eficaz para ser um documento fiel e, ao mesmo tempo, comovente. Em pauta, portanto, a relação entre as vias e os entraves de dizer a dor, que se sente ou é sentida pelo outro.

⁷² SELIGMAN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

⁷³ HARTOG, 2011, 2013.

LITERATURA E HISTÓRIA

Infelizmente, essa simulação do passado pela ficção [verossimilhança, segundo Aristóteles] foi obscurecida posteriormente pelas discussões estéticas suscitadas pelo romance realista. A verossimilhança passa a ser confundida com uma modalidade de semelhança ao real que coloca a ficção no próprio plano da história. No tocante a isso, é verdade que se pode ler os grandes romancistas do século XIX como historiadores substitutos, ou melhor, como sociólogos *avant la lettre*: como se o romance ocupasse aqui um lugar ainda vacante no império das ciências humanas. Mas esse exemplo acaba sendo o mais enganador. Não é quando o romance exerce uma função histórica ou sociológica direta, mesclada à sua função estética que ele levanta os problemas mais interessantes quanto à verossimilhança. A verdadeira *mimesis* da ação deve ser buscada nas obras de arte menos preocupadas em refletir sua época. *A imitação, no sentido vulgar do termo, é aqui o inimigo por excelência da mimesis*. É precisamente quando uma obra de arte rompe com esse tipo de verossimilhança que revela sua verdadeira função mimética. O quase passado da voz narrativa se distingue então totalmente do passado da consciência histórica. Identifica-se em contrapartida com o provável no sentido do que poderia ocorrer.

Paul Ricoeur⁷⁴

⁷⁴ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 327. v. 3.

Como avalia Idelber Avelar, o interrogatório é “um componente da própria dor”. Isso quer dizer que “a pergunta não se justifica porque produz verdade, mas porque produz dor — e aí reside, diga-se de passagem, toda sua verdade. Ela quer levar o sujeito torturado à autoincriminação, com frequência à traição de um ser amado”.⁷⁵ A ficção, vale destacar, também deu sua parcela de reflexão sobre isso, até de modo mais incisivo, como se pode notar no romance *Confissões de Ralfo: uma autobiografia imaginária*, publicado por Sérgio Sant’Anna em 1975.

“Durante dias e dias”, escreve Sérgio Sant’Anna, “caminhadas sem esperança entre a cela e o porão. Um foco de luz que jamais deixa de bater em seus olhos congestionados. Seu corpo nu amarrado a correntes, mãos gordurosas que o seguram pela nuca e pelos cabelos”. Dado o espaço (cela e porão), dado o tempo (dias e dias), o autor encadeia perguntas, respostas e castigos:

- Nome?
- Ralfo.
- De quê?
- Da Silva.
- Idade?
- 26 anos.
- Documentos?
- ...
- Um peteleco na orelha por não ter documentos.*
- Nacionalidade?
- Brasileira.
- Quem descobriu o Brasil?
- Pedro Álvares Cabral.
- Uma cusparada por ter pensado na puta que o pariu.*
- Para que descobriu Pedro Álvares Cabral o Brasil?
- Para a maior glória da coroa portuguesa.

⁷⁵ AVELAR, Idelber. *Figuras da violência: ensaios sobre narrativa, ética e música popular*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 49.

- Quando?
- 22 de abril de 1500.
- E o que acontecera antes, em 1492?
- A descoberta da América por Cristóvão Colombo.
- E o que havia na América quando lá aportou Colombo?
- Índios.
- E o que é um índio?
- Um membro da raça aborígene das américas.
- Assim como vós?
- Assim como eu, senhores.
- Uma chibatada por ser um índio.*⁷⁶

Sérgio Sant’Anna se distancia do tipo de realismo que costuma ocorrer na literatura de denúncia, e decide apostar numa escrita mais criativa e, portanto, menos protocolar. Sem romance aproxima-se da história vivida, mas sem se distanciar da ficção. Em termos sugeridos por Deleuze, há aí menos informação e mais arte; menos controle e mais resistência.

Assim, engendra uma crítica radical: além de desmontar o princípio que põe a tortura como estratégia para obter informações, desmonta o valor da resistência atribuído aos que não respondem ao carasco. O autor não somente foge da tensão entre o falar e o não falar, entre o forte que resiste e o fraco que cede, mas também evidencia uma lógica do absurdo que, no final das contas, quer castigar o preso, por vários motivos. Porque responde, também porque não responde, ou ainda “por ter pensado na puta que o pariu”, “por ser um índio” ou por qualquer outra insanidade que vem à cabeça do inquisidor. Ficção de fato: convoca o fato numa dimensão irreal para dar conta da realidade inaceitável. E, para ser essa ficção de fato, a repetição é, nesse caso, uma estratégia levada à exaustão:

- E quem foi Touro Sentado?
- Um chefe índio.

⁷⁶ SANT’ANNA, Sérgio. *Confissões de Ralfo: uma autobiografia imaginária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 117.

- E quando morreu Touro Sentado?
- Em luta contra tropas norte-americanas.
- E o que aconteceu, antes, na histórica data de 4 de setembro de 1886?
- A captura de Gerônimo termina a última guerra importante dos Estados Unidos contra os índios.
- Tapinha das costas e afago nos cabelos por lembrar-se de datas tão significativas.*
- Cite outras datas e respectivos acontecimentos.
- 1597: Sir Francis Drake destrói a frota espanhola no porto de Cadiz; abril de 1665, a Grande Praga em Londres; 7 de outubro de 1870, Leon Gambetta, num balão dirigível, escapa de Paris sitiada, para prosseguir na guerra contra a Prússia; 18 de dezembro de 1865, a escravidão é abolida nos Estados Unidos; 2 de maio de 1885, o Estado Livre do Congo é fundado por Leopoldo II, rei da Bélgica; 1º de outubro de 1936, o Generalíssimo Franco é nomeado chefe do governo espanhol; 6 de agosto de 1945, a primeira bomba atômica é lançada em Hiroshima; 30 de outubro de 1941... *Duas chibatadas por aborrecer-nos com tantas datas.*⁷⁷

O que se põe em evidência não é simplesmente a falta de informações sobre o presente, mas a alienação diante do passado composto nos livros didáticos. Mais especificamente, a ironia abre fogo contra o verbo decorar – tanto para memorizar dados, quanto no sentido de enfeitar o tempo com bibelôs desnecessários e igualmente enganadores. Sérgio Sant’Anna se ocupa com a memória, ou melhor, com um aspecto mais específico da produção da memória: a história ensinada nos colégios.

- E o que aconteceu em 1584?
- ?
- Uma chibatada por não lembrar-se do que aconteceu em 1584.*
- Ah, em 1584 morreu Ivan, o Terrível.
- E como era Ivan?
- Terrível.

⁷⁷ SANT’ANNA, Sérgio. *Confissões de Ralfo...*, p. 118.

- E quem era Ivan?
- Primeiro imperador russo a adotar o nome de Czar.
- E o que foi o Domingo Sangrento?
- Demonstração operária dizimada pelas tropas do Czar
- Qual Czar?
- Ivan, o Terrível.
- Duas chibatadas.*⁷⁸

Se a sala de aula assemelha-se à sala de tortura, é plausível imaginar que o leitor, por conta própria, lembrará que a aula praticada oficialmente também era torturante. Chibatadas como punição, mas antes de tudo, sem muita razão, como se o único critério válido fosse mesmo a vontade de bater, um louco desejo de autoridade diante da pergunta, e sobretudo diante da resposta. Assim, criava-se na cena um tempo típico da tortura, repetitivo e circular, tenso e teimoso, corroendo o juízo do personagem central e do leitor.

A insistência não é à toa. Na ficção, a história estava em pauta. Era tema recorrente, na medida em que a ficção se tornava um posto de ataque aos textos oficiais, com os quais o texto histórico costumava se expressar e, sobretudo, justificar-se.

Além de se contrapor aos temas tradicionais, a literatura passava a questionar a própria noção de tempo que caracterizava a escrita patriótica e evolutiva da história, como se vê, por exemplo, no início de um poema-prosa: “Não pretendo afirmar, porque além dos velhos livros se desfazerem em pó ao menor vento, o texto é de tal modo obscuro que já não podemos saber se a História possui alguma razão de ser, ou se simplesmente veio sendo reinventada por extensa cadeia de razões adoecidas”.⁷⁹ Escrito por Afonso Henriques Neto, o texto chama-se “simples narração”, é publicado em 1972 como parte do livro

⁷⁸ SANT’ANNA, Sérgio. *Confissões de Ralfo...*, p. 118.

⁷⁹ Afonso Henriques Neto, “simples narração”. In: HENRIQUES NETO, Afonso e AUGUSTO, Eudoro. *O misterioso ladrão de Tenerife*. 2. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1997. p. 44. Apud VIEIRA, Beatriz de Moraes. Um “cemitério ubíquo”: história e literatura no Brasil dos anos 1970. *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, n. 20, jan./jun. 2010. p. 221.

O misterioso ladrão de Tenerife. Aborda uma “civilização suméria”, ao mesmo tempo do passado e do presente, perto e longe, “da qual tudo que se sabe é que houve uma epidemia de gripe, como parecem indicar certos sinais nas ruínas”.⁸⁰

Mais do que se sentir em oposição, o autor se sente enjoado, descrente em qualquer sentido mais seguro que a história pudesse ter ou receber. “Geração do desbunde”, poder-se-ia dizer. “Poesia do sufoco”, diante da ditadura e de suas crenças no progresso, em todos os setores da vida individual e coletiva. Saída da retaguarda para a vanguarda, em termos que ironicamente procedem do vocabulário militar.

Havia um clima favorável à desconfiança diante do tempo linear. Pode-se dizer que a literatura depois da Segunda Guerra não seria a mesma em vários aspectos. Mas, se fosse possível resumir, um resumo possível seria dizer que havia a construção de um tempo dismantelado, em fragmentos, tanto nas ruínas do passado quanto na falta de projetos confiáveis para o futuro. Daí o receio diante da história, que passou a ser sentido, obviamente, pelos próprios historiadores. Historiadores, escritores, filósofos passaram a professar o desmonte de sequências preestabelecidas ou redes de causa e consequência.

Tanto a literatura quanto a história passarão a ter novos jogos de fé e desconfiança em face do passado. Serão afetadas por um desejo de renovação da escrita da história. É claro que isso não será um projeto completamente novo, mas será visto como tal, inclusive como forma de se autolegitimar. A inovação talvez esteja exatamente numa sistematização da desconfiança autoproclamada. A unir tudo isso, o ataque à história, simultâneo a reestruturações das pontes e dos abismos entre passado, futuro e presente.

⁸⁰ VIEIRA, Beatriz de Moraes. *Um “cemitério ubíquo”: história e literatura no Brasil dos anos 1970...*, p. 220.

FICÇÃO DE FATO

Para qualificar um tipo de escrita que não parou de crescer na década de 1970, os jurados do concurso latino-americano em Havana passaram a usar o termo “literatura de testemunho”. Referindo-se à complexidade desse novo critério, Alfredo Bosi considera que o livro *Memórias do cárcere* pode ser tratado como “paradigma”: “nem pura ficção, nem pura historiografia; testemunho”.⁸¹

Por um lado, não se deve ignorar que livros e trechos de livros aqui tratados fazem parte dessa escrita testemunhal na América Latina. Por outro, a análise de Alfredo Bosi pode ser vista na perspectiva de evidenciar que, no Brasil, os testemunhos são, em certa medida, comparáveis com os da ditadura de Vargas.

Escrevendo sobre a angústia dos primeiros dias como preso, Graciliano Ramos lembra que “receava prejudicar alguém”. Poderia

⁸¹ BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 221. Considerando o ângulo de Alfredo Bosi como “pioneiro e iluminador”, Valéria de Marco indica que o “conceito de literatura de testemunho, por considerar uma grande flexibilidade quanto à forma do texto associada a uma natureza de experiências de aberto embate ideológico, abre a possibilidade de analisar uma tendência da produção literária latino-americana do século XX em um contexto mais amplo, que ultrapassa os limites geográficos do continente e aproxima-a à geografia mundial da barbárie, impondo a necessidade de examinar as relações entre violência, representação e formas literárias”. MARCO, Valéria de. A literatura de testemunho e a violência de estado. *Revista Lua Nova*, n. 62, 2004, p. 51.

perder o controle e dizer “coisas impensadas”. “Iria qualquer afirmação doida transformar-me em delator?”, pergunta-se Graciliano.⁸²

O temor vinha de modo confuso, parecendo que o perigo de dar alguma dica estava em todo canto, desde um pequeno descon-trole do seu raciocínio até os detalhes que os investigadores poderiam perceber na medida em que juntavam dados sobre o comportamento de presos variados.

“Apavorava-me supor que uma indiscrição minha poderia fornecer aos carcereiros uma pista. [...] Eles deviam saber muito, mais do que eu, mas talvez uma indicação lhes fosse útil”.⁸³ O monstro que o escritor viu assemelha-se, portanto, àquele que muitos presos ainda iriam ver.

“Qual seria a minguada contribuição que exigiriam de mim? Esforçava-me por adivinhá-la e guardá-la com avareza: no interrogatório, desviar-me-ia das ciladas...”. O problema, ele ressalta, é que “o tempo não era o que havia sido”. Quer dizer, ele não conseguia concatenar um fato a outro de modo a lhe dar segurança. Despedaçado, o tempo ficava à beira do abismo: “tornara-se confuso e lento, cheio de soluções de continuidade, e nesses hiatos vertiginosos perdia-me...”.⁸⁴

⁸² RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1954. p. 53. v. 1.

⁸³ RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere...*, p. 54.

⁸⁴ RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere...*, p. 55.

POSTERIDADE NO LIMBO

Entre as memórias de militantes torturados, o livro de Celso Lungaretti, *Náufrago da utopia*, publicado em 2005, tem algo de peculiar, talvez até de singular. O autor conta como desistiu de se opor à ditadura e, para completar, explica as razões que, em meados de 1970, levaram-no aos meios de comunicação para arrepender-se da militância e pedir para os jovens abandonarem a luta armada.

No final das contas, Lungaretti argumenta que agiu sob o impacto incontornável da tortura. Mas também pondera que, na época, avaliou o seguinte: se, dali para frente, as forças do Estado esmagariam todos os opositores, o mais sensato era diminuir a carnificina recuando e convocando a paz.

O tempo passa, vem o fim da ditadura, a anistia, e ele continua a ser mal visto pela esquerda. Mas o livro de 2005 não é um arrependimento por ele ter-se arrependido em 1970. É, na verdade, uma denúncia do sofrimento por ter feito uma escolha que a posteridade iria desprezar ou repudiar, ora esquecendo, ora lembrando. A direita que o tratou como exemplo de patriotismo iria ignorá-lo. A esquerda que o condenava continuou a condená-lo, inclusive retardando os direitos de indenização que, segundo ele ressalta, seriam legítimos, já que ele também fora vítima de prisão e tortura.⁸⁵

⁸⁵ No início do capítulo 7, por exemplo, ele escreve: “Minha paciência com a Comissão

O mais traumático não foi ser acusado de “arrependido”, e sim de “traidor”. Jacob Gorender, por exemplo, deixou claro que Lamarca caiu porque, entre outras coisas, Lungaretti não aguentou a tortura, revelou um esconderijo.

No dia 16 de abril de 1970, Lungaretti falou sobre a existência de um “campo de treinamento”, mas a área já estava abandonada. Em poucos dias, a repressão localiza pelos arredores um núcleo ocupado, desencadeando as ações mais decisivas que levariam à Lamarca. Lungaretti admite que revelou o primeiro campo, mas não acredita que apenas esse dado tenha levado o exército ao segundo (que também já deveria estar sendo desmontado, devido aos procedimentos de segurança que os militantes adotavam). Aqui, o uso do verbo “acreditar” não é à toa: Lungaretti acreditava, como muitos outros, que seu dado não tinha sido fundamental. Mas, ao contrário de muitos outros, ele teve a sorte de encontrar um documento, e um documento do próprio exército, provando que a sua crença se sustentava.

Em 2004, lendo um relatório secreto do II Exército, publicado no site “Resgate Histórico”, Lungaretti descobre que a repressão não descortinou a área 2 por meio da área 1. O documento registra que “chegaram ao II Exército, procedentes do Rio, agentes do CIE, com novas informações”. “Portanto”, conclui Lungaretti, “foi a partir de novos dados [...] que o DOI-Codi descobriu a existência da área 2”.⁸⁶

Mais do que qualquer outro aqui enfocado, o livro de Lungaretti é explicativo:

Tenho a prova irrefutável da minha inocência. E exatamente como eu sempre quis: sem ter de inculpar ninguém.

de Anistia chega ao fim em agosto de 2003. Mês após mês abrindo sua página na Internet apenas para constatar que não estou na pauta do próximo julgamento. Vendo processos de números bem maiores do que o meu tomarem-me a frente. Desconfiando de que estou sendo, mais uma vez, vítima de velhos preconceitos”. LUNGARETTI, Celso. *Náufrago da utopia*. Vencer ou morrer na guerrilha. Aos 18 anos. São Paulo: Geração Editorial, 2005. p. 239.

⁸⁶ LUNGARETTI, Celso. *Náufrago da utopia*: vencer ou morrer na guerrilha: aos 18 anos. São Paulo: Geração Editorial, 2005. p. 252.

Mande mensagens em várias direções, comunicando a novidade. Jornalistas/escritores que têm lançado obras sobre os anos de chumbo não se interessaram. Que importam a verdade histórica e a honra de um revolucionário? Qual a vantagem em marchar contra a corrente, reabilitando uma ovelha negra?

Mas, a exceção vale mais do que todos eles juntos. Octogenário, quase surdo, o historiador Jacob Gorender age com dignidade exemplar — pois, ele também ex-combatente, sabe a importância que uma acusação dessas tem para um revolucionário. Promete apurar minuciosamente o que ocorreu e, três semanas depois, entrega sua conclusão, na forma de carta que envia a mim, a *O Estado de S. Paulo* e à *Folha de S. Paulo*. [...]

‘[...] *A respeito dessa segunda área, nenhuma responsabilidade cabe a Celso Lungaretti, que ignorava a sua existência. Sua vinculação com o episódio restringiu-se, por conseguinte, à informação sobre a área que sabia desativada, fornecida, segundo afirma, sob tortura irresistível*’.⁸⁷

⁸⁷ LUNGARETTI, Celso. *Náufrago da utopia...*, p. 254.

O TEMPO CONTADO

Era uma vez uma história bem pobrezinha, tão pobrezinha que não tinha personagens, não tinha começo, não tinha meio, não tinha fim, nem enredo ela tinha. E para que serve uma história sem enredo?

A pobre da nossa história andava por aí pedindo:

– Um enredo, pelo amor de Deus!

Mas ninguém dá a mínima atenção a uma história sem enredo. E a historinha sem enredo passava por grandes histórias, cada uma mais orgulhosa do seu enredo.

Uma era a história de um cavaleiro de armadura que atacava até moinhos de vento.

– Puxa! Isso é que é enredo. Quem dera eu tivesse um enredo assim!

*Paulo Leminski*⁸⁸

Em *Os miseráveis*, Victor Hugo observa a sua própria maneira de narrar: “Os fatos [...] pertencem a essa realidade dramática e viva que o historiador às vezes negligencia por falta de tempo ou de espaço”.⁸⁹ Mas, antes de Victor Hugo, Henry Fielding também mostrou certo desdém diante da escrita da história ao avisar, no início de *Tom Jones*, que não iria “imitar o trabalhoso e volumoso historiador”, cuja técnica reside

⁸⁸ LEMINSKI, Paulo. *Gozo fabuloso*. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2004. p. 140.

⁸⁹ HUGO, Victor. *Os miseráveis*. São Paulo: Cosac Naify, 2002. p. 931.

em “preservar a regularidade da sequência”. Fielding se refere ao texto que, para narrar o passado, “se sente obrigado a encher tanto papel com os pormenores de meses e anos em que nada de notável ocorreu, quanto o que emprega em descrever as épocas notáveis, em que se desenrolaram as maiores cenas [...]”. “Essas histórias”, esclarece Fielding, “parecem-se muitíssimo com um jornal, que consiste exatamente no mesmo número de palavras, haja ou não haja notícias”. Em outros termos: “[...] viaja com a mesma lentidão pelos séculos de estagnação monástica, quando o mundo parecia adormecido, e pela época brilhante e ativa [...]”.⁹⁰

Tolstói – vale citar mais este caso – alargou de tal maneira o seu comentário que acabou gerando um dos capítulos finais do seu monumental *Guerra e paz*. Mas, antes de chegar às últimas páginas, o escritor pulveriza no decorrer da obra reflexões sobre a pesquisa histórica e o sentido do tempo na história. No início do tomo III, por exemplo: o autor afirma que o acontecimento, visto “com um bom senso desanuviado”, apresenta na posteridade causas “numa quantidade inumerável”. Entretanto, Tolstói não se limita a teorizar sobre a complexidade das tessituras temporais, e avança em uma demarcação de território para si mesmo: “[...] não somos historiadores nem entusiastas dos métodos de pesquisa [...]”.⁹¹

Já que a escrita da história não se dava em um campo bem cercado, Victor Hugo aproveitou as brechas para dizer que o ofício de escritor englobava, de alguma maneira, o trabalho de um historiador. Não seria um despropósito assim considerar, mas certamente será um equívoco assim concluir, na medida em que o romance, tal como foi se compondo como “gênero”, tornou-se “híbrido”, com pretensões variadas, que iriam da vontade de ser filosofia por um lado e história por outro, conforme a análise de Marthe Robert.⁹² Não se trata somente, ou simplesmente, de ocupar um lugar ainda indeciso da história como

⁹⁰ FIELDING, Henry. *Tom Jones*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 47. v. 1 e v. 2.

⁹¹ TOLSTÓI, Liev. *Guerra e paz*. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 1273.

⁹² ROBERT, Marthe. *Romance das origens, origens do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

saber disciplinado, mas de disputa na reconfiguração do conhecimento moderno. Disputa que é parte constitutiva dos compartimentos que se erguem: será componente da ficção opor-se à história, assim como será ingrediente da história fazer-se oponente da ficção.

Daí ser necessário perceber que a contraposição diante da história não se esgotará no século XIX. A respeito do século XX, pode-se até afirmar que a desconfiança em torno do poder da história para captar o passado será mais recorrente, tanto na própria trama da ficção, quanto na reflexão empreendida pelos literatos em seus textos de crítica. Entre outros, Milan Kundera terá um papel emblemático nesse sentido. Vendo que “pelas ruas perambulavam soldados russos”, ele confessa que não era o “conhecimento dos fatos históricos” aquilo que lhe faltava. Faltava-lhe, ele explica, “outro conhecimento, aquele que, como teria dito Flaubert, adentra a alma de uma situação histórica e apreende seu conteúdo humano”. Ou seja, ele carecia de ficção: “Talvez um romance, um grande romance, tivesse podido me fazer compreender como os tchecos de então teriam vivido sua decisão. Ora, esse romance não foi escrito. Existem casos em que a ausência de um romance é irremediável”.⁹³

Fielding ou Kundera, tal como foram aqui citados, não apresentam, é claro, uma constância de posições da literatura a respeito da história, até porque os modos de existência da literatura e da história não apenas se modificaram, mas, também, tiveram suas condições de possibilidade compostas em outras bases. Se os tomo como referência, reportando-me ainda a autores tão diferentes como Hugo e Tolstói, apenas quero ressaltar que, em seu modo de se (re)afirmar diante de outras escritas, o romance foi apresentando comentários de autolegitimação por meio de críticas a outras maneiras de dar sentido ao passado.

Enquanto Fielding critica historiadores que não sabem narrar porque não conseguem separar, na linha cronológica, o principal do secundário, Hugo acusa aqueles que não valorizam os fatos cotidianos para o correto conhecimento sobre o pretérito, em uma posição que

⁹³ KUNDERA, Milan. *A cortina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 145.

pode ser relacionada à preocupação de Tolstói com os aspectos mais biográficos e mais particulares. E Kundera parece retomar Fielding no intuito de mostrar que o fato depende da trama. Se não são constâncias, e muito menos regras, não será exagero sugerir que esses pontos aqui destacados são “incômodos” constitutivos da escrita do romance.

E os autores que denunciaram as torturas do regime de 1964 também participam dessas relações entre literatura e história, também fizeram da literatura uma forma de atacar a história: tanto a história vivida como a história escrita, que sempre aparece como uma abordagem parcial e do lado dos poderosos. Isso, é claro, levando em conta as demandas pessoais e coletivas, que vão desde o estilo ao compromisso político.

Logo na página dois, para orientar o leitor, Sergio Sant’Anna deixou claro: “não só esta, mas todas as autobiografias são sempre imaginárias e reais, se é que se podem delimitar fronteiras exatas nesse sentido”: “[...] este livro trata da vida real de um homem imaginário ou da vida imaginária de um homem real”.⁹⁴ *Confissões de Ralfo* era um romance, é claro. Mas não deixava de ser escrita da história, na medida em que também pretendia ser registro. E ainda mais: criticava a história feita pelos historiadores. Desse modo, o autor participava de demandas imediatas no sentido de documentar a violência das prisões políticas, e ao mesmo tempo dava prosseguimento a um lugar comum da ficção, feito e refeito nas disputas com o regime de verdade dos livros de história.

“Esta não é uma história absurda. A realidade às vezes imita a ficção e supera os absurdos desta [...]. Esta é uma história sobretudo real, e todos os seus personagens [...] existiram um dia na tragédia brasileira”. Desse modo Luiz Fernando Emediato inicia, ao final do conto “Um estranho à porta”, um apêndice. O apêndice é sugestivamente, e ironicamente, chamado de *Explicação necessária*. O recurso, obviamente, não é incomum, mas é um indício da ânsia testemunhal que se apoderou da ficção, rivalizando com a chamada “história oficial”, tida como omissa e responsável pela falta

⁹⁴ SANT’ANNA, Sérgio. *Confissões de Ralfo...*, p. 2.

de memória: “O visitado, cujo nome se perderia nos escaninhos da memória nacional, seria aprisionado, julgado e condenado à prisão perpétua. Suicidar-se-ia no Natal de 1976”.⁹⁵

“A esta altura da presente narrativa”, escreve Érico Veríssimo, “é natural que o leitor esteja inclinado a perguntar se não existiam em Antares homens de bem e de paz”. Veríssimo responde que sim, mas “desgraçadamente seus ditos, feitos e gestos não foram recolhidos pela história oficial”. Ou melhor: “apenas uns poucos deles incorporaram-se à tradição oral da cidade e do município: os restantes perderam-se para sempre no olvido”.⁹⁶

Ignácio de Loyola Brandão assim inicia o seu *Zero*: “As novas gerações nunca ouviram falar da América Latíndia e Alguns Países Africanos. Os livros de história não trazem nenhum registro sobre eles. Os textos foram expurgados”. Para concluir, o autor diz que o livro trata de algo que “aconteceu daqui a muitos anos”.⁹⁷ Assim como Sant’Anna, Veríssimo ou Emediato, nota-se que Loyola Brandão se põe na vanguarda, ou melhor, numa posição mais adequada para dar conta de aspectos históricos. Nesse caso, o historiador é, reiteradamente, posto numa posição de intelectual subserviente.

A própria escrita da história é, nela mesma, conservadora, enquanto a história vivida (também nela mesma) é insubmissa – eis a fórmula com a qual foi realçada a missão testemunhal da literatura que denunciou as torturas no Brasil da década de 1970.

O passado próximo, mas também o distante. Ou melhor: enfocar o longe para ver o perto. A peça *Calabar: elogio da traição*, de Chico Buarque e Ruy Guerra, enquadra-se bem nesta estratégia de se reportar a algo que, na temporalidade cronológica, parece estar longe e sem força. A questão aí é igualmente contemporânea da situação política de então: a identificação dos traidores da pátria (mas também a condenação dos que poderiam ser chamados de traidores porque falaram algo no decorrer da

⁹⁵ EMEDIATO, Luiz Fernando. Um estranho à porta. In: EMEDIATO, Luiz Fernando. *A rebelião dos mortos...*, p. 131.

⁹⁶ VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares...*, p. 24.

⁹⁷ LOYOLA BRANDÃO, Ignácio de. *Zero...*, p. 96.

tortura?). Traição era, de fato, um tema palpitante, convocando o repúdio tanto de militares quanto de militantes. Na penúltima cena, a personagem Bárbara avalia: “Um dia este país há de ser independente. Dos holandeses, dos espanhóis, portugueses...”. Mas, como? Ela responde: “... isso requer muito traidor. Muito Calabar”.⁹⁸

E na última cena a mesma personagem põe a nu certas artimanhas da memória e da história. “Esperais um epílogo do que vos disse até agora?” – ela pergunta para o público, e responde: “Mas sois verdadeiramente tolos se imaginais que eu tenha podido reter de memória toda essa mistura de palavras que vos impingi. A História é uma colcha de retalhos. Em lugar de epílogo, quero vos oferecer uma sentença: odeio o ouvinte de memória fiel demais”. E, para encerrar: “[...] sede sãos, aplaudi, vivei, vivei, trai, oh celebérrimos iniciados nos mistérios da traição”.⁹⁹

Em 1974, quando frei Ivo publicou seu livro *Bem-aventurança da perseguição*, o texto da peça *Calabar* já estava na quinta edição. A encenação havia sido proibida, mas o livro, não. Seria uma aposta da censura na falta de leitores? Isso explicaria o lançamento de livros como *Confissões de Ralfo* ou *Bem-aventurança da perseguição*? As interdições estavam mais voltadas para “desvios morais” do que para “desvios políticos”? Talvez, mas não se deve esquecer de que, enquanto alguns foram liberados pela vigilância do regime, muitos outros foram impedidos de circular. De qualquer modo, havia uma mistura de argumentos, que iam do sexo ao comunismo. Aliás, alguns chegaram a acreditar que o sexo seria uma ferramenta do “expansionismo comunista”, usada pelos “psicopolíticos”, para perverter e alienar.¹⁰⁰

⁹⁸ BUARQUE, Chico; GUERRA, Rui. *Calabar: elogio da traição*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. p. 90.

⁹⁹ BUARQUE, Chico; GUERRA, Rui. *Calabar: elogio da traição...*, p. 92.

¹⁰⁰ REIMÃO, Sandra. Ditadura Militar e censura a livros: Brasil (1964-1985). In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010. p. 284. Douglas Marcelino traz, nesse sentido, uma hipótese que não deve ser desprezada: “O fato de obras relevantes dos anos 1970 não terem sido proibidas é, certamente, um aspecto que sobressai na análise da atividade censória do período. Em muitos casos, isto se deveu à própria percepção das autoridades quanto à provável ineficácia da medida proibitória. Assim,

O fato é que, apesar da repressão, a ficção não deixaria de dar seu recado. E, no final das contas, ou melhor, no final da década de 1970, já havia se configurado aquilo que Flora Süssekind chamou de “estética do suplício”,¹⁰¹ cujo exemplo mais bem acabado parece ser *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, publicado em 1977.

Longe de negar a existência da tortura e das suas crueldades infinitas, Silviano Santiago, já em 1981, faz um romance que avisa sobre a exaustão literária das descrições de denúncia. Trata-se do livro *Em liberdade*, que veio a público como se fosse um diário inédito de Graciliano Ramos. Num jogo original e surpreendente, o autor/personagem, decepcionado e revoltado, conclui: “Todos exigem – e nisso há unanimidade – que eu escreva as minhas memórias do cárcere. Ninguém me pede as anotações que estou fazendo dos meus tateios em liberdade”. E, irônico, pergunta-se: “Será que todo leitor é intrinsecamente mau? Será que só se interessa pelo lado sombrio de uma vida?”.¹⁰²

importantes livrões circularam livremente não por falta de atenção ou vontade das instâncias censórias, mas pela convicção de que o veto poderia ter efeito contrário, aumentando sua repercussão e consagrando ainda mais seus autores. É por isso, aliás, que muitos daqueles que analisam ou rememoram aquela época tendem a se espantar com a não interdição de livros bastante críticos, algo que, em boa parte dos casos, não se deveu à insuficiência da censura ou ao despreparo de seus funcionários”. MARCELINO, Douglas Attila. *Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. p. 109.

¹⁰¹ SÜSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 90.

¹⁰² SANTIAGO, Silviano. *Em liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 128. Apud SÜSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária...*, p. 91.

BIBLIOGRAFIA

ALMADA, Izaías; FREIRE, Alípio; PONCE, J. A. de Granville (Org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

ANTUNES, Antônio Lobo. *Os cus de Judas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

ARAÚJO, Maria Paula. Memória, testemunho e superação: história oral da anistia no Brasil. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 11-31, jul./dez. 2012.

AVELAR, Idelber. *Figuras da violência: ensaios sobre narrativa, ética e música popular*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

BACHELARD, Gaston. *A intuição do instante*. Campinas: Versus, 2007.

BARTHES, Roland. Da história ao real. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 163-200.

BASTOS, Alcmeno. *A História foi assim: o romance político brasileiro nos anos 70/80*. Rio de Janeiro: Caetés, 2000.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 197-221. (Obras escolhidas, v. 1).

BORGES, Jorge Luis. Três versões de Judas. In: BORGES, Jorge Luis. *Obras completas de Jorge Luis Borges*. São Paulo: Globo, 1998. p. 573-580. v. 1.

BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Zero*. 13. ed. São Paulo: Global, 2010.

BUARQUE, Chico; GUERRA, Rui. *Calabar: elogio da traição*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

CANETTI, Elias. *Sobre a morte*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

CORTÁZAR, Julio. *A volta ao dia em 80 mundos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Tomo I.

CORTÁZAR, Julio. *Histórias de cronópios e de famas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DALCASTAGNÈ, Regina. *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: Editora UNB, 1996.

DE CERTEAU, Michel. *Histoire et psychanalyse entre science et fiction*. Paris: Gallimard, 2002.

EMEDIATO, Luiz Fernando. Não passarás o Jordão. In: EMEDIATO, Luiz Fernando. *Não passarás o Jordão*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

EMEDIATO, Luiz Fernando. Um estranho à porta. In: EMEDIATO, Luiz Fernando. *A rebelião dos mortos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1978.

FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FAÚNDEZ, Hector. A linguagem do medo: dinâmicas coletivas da comunicação sob o terror no Chile. In: RIMELME, Horácio (Org.). *Era de névoas: direitos humanos, terrorismo de estado e saúde psicossocial na América Latina*. São Paulo: EDUC, 1993.

FICO, Carlos. História que temos vivido. In: VARELLA, Flávia et al. (Org.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 67-100.

FIELDING, Henry. *Tom Jones*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1 e v. 2.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Retrato calado*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 216. (Coleção Ditos & escritos; 4).

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* 29. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

GINZBURG, Jaime. A ditadura militar e a literatura brasileira: tragicidade, sinistro e impasse. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009. p. 557-568. v. 2.

GINZBURG, Jaime. Imagens da tortura: ficção e autoritarismo em Renato Tapajós. In: KEIL, Ivete; TIBURI, Marcia (Org.). *O corpo torturado*. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004. p. 141-160.

GOMES, Alessandra Leila Borges; ALVES, Paula Rúbia Oliveira do Vale. As fronteiras entre história e literatura em *As meninas*. *Revista Interdisciplinar*, Itabaiana, v. 18, n. 8. Jan./jun. 2013. (Edição Especial 90 anos de Lygia Fagundes Telles).

GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado: anistia e reparações de perseguidos políticos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6. ed., revista ampliada e atualizada. São Paulo: Ática, 1999.

HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HENRIQUES NETO, Afonso; AUGUSTO, Eudoro. *O misterioso ladrão de Tenerife*. 2. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1997.

- HUGO, Victor. *Os miseráveis*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. 4. ed. São Paulo: Global, 1980.
- JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: lembranças do mar cinzento*. São Paulo: Casa Amarela, 2000.
- KNAUSS, Paulo. Usos do passado e história do tempo presente: arquivos da repressão e conhecimento histórico. In: VARELLA, Flávia et al. (Org.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 143-156.
- KUCINSKI, Bernardo. *Você vai voltar para mim e outros contos*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- KUNDERA, Milan. *A cortina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LEMINSKI, Paulo. *Gozo fabuloso*. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2004.
- LEMINSKI, Paulo. *O ex-estranho*. São Paulo: Iluminuras, 1996.
- LESBAUPIN, frei Ivo. *A bem-aventurança da perseguição: a vida dos cristãos no império romano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.
- LIMA, Edileusa Pimenta de. *Trabalhador: arme-se e liberte-se: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a resistência operária pela luta guerrilheira*. 2007. Monografia (Graduação em História) – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2007.
- LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- LUNGARETTI, Celso. *Náufrago da utopia: vencer ou morrer na guerrilha: aos 18 anos*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- MARCELINO, Douglas Attila. *Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.
- MARCO, Valéria de. A literatura de testemunho e a violência de estado. *Revista Lua Nova*, n. 62, 2004.

MONTENEGRO, Antonio Torres. O golpe militar e civil de 1964: questões metodológicas sob a ótica dos paradoxos. In: NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos; SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo (Org.). *História e Historiografia: perspectivas e abordagens*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014. p. 151-162.

NETO, Alfredo Naffah. *Poder, vida e morte na situação de tortura: esboço de uma fenomenologia do Terror*. São Paulo: Hucitec, 1985.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OBSERVATÓRIO da Imprensa. [2001?]. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/al210320013.htm>. Acesso em: 23 mar. 2013.

ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Editora Nacional, 1991.

PATTO, Rodrigo. Pesquisar experiências autoritário-repressivas recentes: dilemas e riscos. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdei Lopes de. *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 91-114.

PELLEGRINI, Tânia. *Gavetas vazias: ficção e política nos anos 70*. São Carlos: Mercado das Letras: EdUFSCar, 1996.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, 1997.

PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1954. v. 1.

RANCIÈRE, Jacques. O efeito da realidade e a política da ficção. *Revista Novos Estudos do CEBRAP*, n. 86, p. 75-90, 2010.

REIMÃO, Sandra. Ditadura Militar e censura a livros: Brasil (1964-1985). In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

REIS, Daniel Aarão. O governo Lula e a construção da memória do regime civil-militar. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 215-233.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. v. 3.

ROBERT, Marthe. *Romance das origens, origens do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. *História Oral*, v. 16, n. 2, p. 129-148, jul./dez. 2013.

SANT'ANNA, Sérgio. *Confissões de Ralfo: uma autobiografia imaginária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SANTIAGO, Silviano. *Em liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SELIGMAN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SILVERMAN, Malcolm. *Protesto e o novo romance brasileiro*. Porto Alegre: São Carlos: Editora da UFRGS: Ed. Universidade de São Carlos, 1995.

SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.

SUASSUNA, Ariano. *Aula magna*. João Pessoa: Editora da UFPB, 1994.

SÜSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

TELLES, Lygia Fagundes. As cerejas. In: BOSI, Alfredo (Org.). *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

TELLES, Lygia Fagundes. *As meninas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1973.

TOLSTÓI, Liev. *Guerra e paz*. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

VASCONCELOS, José Gerardo. *Memórias do silêncio*: militantes de esquerda no Brasil autoritário. Fortaleza: Edições UFC, 1998.

VECCHI, Roberto. *Excepção atlântica*: pensar a literatura da guerra colonial. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares*. Porto Alegre: Globo, 1971.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. Um “cemitério ubíquo”: história e literatura no Brasil dos anos 1970. *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, n. 20, jan./jun. 2010.

WHITE, Hayden. *The content of the form*: narrative discourse and historical representation. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1987.

O AUTOR

FRANCISCO RÉGIS LOPES RAMOS – Doutor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 2000 e pós-doutor na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2012. Professor, pesquisador e orientador de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC). É líder do grupo de pesquisa “Tempo, imagem e narrativa” (CNPq). É autor dos livros: *Caldeirão*: estudo histórico sobre o Beato José Lourenço e suas comunidades (1991 e 2011); *João de Cristo Rei*: o profeta de Juazeiro (1994); *O verbo encantado*: a construção do Padre Cícero no imaginário dos devotos (1998); *A danação do objeto*: o museu no ensino de História (2004 e 2008); *Papel passado*: cartas entre os devotos e o Padre Cícero (2011); *Frei Tito*: cartas de com-paixão (2012); *O fato e a fábula*: o Ceará na escrita da história (2012); *O meio do mundo*: a construção do espaço sagrado em Juazeiro do Padre Cícero (2012); *A poeira do passado*: tempo, saudade e cultura material (2014) e *Tentação do tempo* (2016). .



Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará – UFC
Av. da Universidade, 2932 – fundos – Benfica
Fone: (85) 3366.7485 / 7486
CEP: 60020-181 – Fortaleza – Ceará
imprensa.ufc@pradm.ufc.br

A Universidade Federal do Ceará contribui por excelência para a educação e para a ciência em nosso país. Como um dos seus avanços acadêmicos, merece destaque o desenvolvimento da pós-graduação, que fortalece o pilar da formação de recursos humanos por meio da pesquisa.

A pós-graduação brasileira, sistematicamente avaliada nas últimas décadas, ganha credibilidade, e seus pesquisadores gozam de reconhecimento internacional. Nesse processo, o livro integra a produção intelectual acadêmica das múltiplas áreas que compõem o quadro científico da Universidade e apura os esforços dos pesquisadores que veiculam parte de sua produção nesse formato.

A Coleção de Estudos da Pós-Graduação foi criada, portanto, para apoiar os programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFC e consolidar uma política acadêmica, científica e institucional de valorização da pesquisa, ao franquear o curso da produção intelectual em forma de livro.

